



EDITAL DE LICITAÇÃO – UASG 987791			
Pregão Eletrônico nº 90081/2026		Data da sessão de abertura: 01 de julho de 2026	
		Horário da sessão de abertura: 08h30min	
Processo nº 187/2026	Sistema de Registro de Preços? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Editais Exclusivos ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
VALOR MÁXIMO: R\$ 1.440.531,96 (Um milhão, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos).			
Modo de disputa: Aberto e fechado	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra/ Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR LOTE			
QUESTIONAMENTOS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES		Link Protocolo: https://prudentopolisprscp.equipiano.com.br:5028/ramitacaoProcesso/#!/abertura-processo/entidade/28	
O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ , https://prudentopolispr.equipiano.com.br:7443/transparencia/licitacoes			

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, e que, às **08h30min, 01 de julho de 2026** no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme



quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, autorizada pelo Processo Protocolo nº 3856/2026.

1.2. O Edital e demais anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br.

1.3. *Havendo divergência entre as especificações dos objetos descritas no sistema Compras Governamentais e aquelas constantes deste Edital, prevalecerão, para todos os fins, as disposições estabelecidas no instrumento convocatório.*

1.4. A sessão será conduzida pela PREGOEIRA: Vanessa Ap. Becher Sass, conforme designação através do Decreto Municipal nº 597 publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 3043 do dia de 27 de maio de 2025.

1.5. O presente Edital foi elaborado pela servidora Maricleia Grzeszezyszen, lotada no Departamento de Licitações.

2. DO OBJETO E VALOR

2.1. A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa especializada para fornecimento de conectividade corporativa gerenciada, em regime de prestação continuada, contemplando acesso à internet e interligação entre os pontos da Prefeitura Municipal de Prudentópolis por rede privada da prestadora (LAN/WAN), com fornecimento de equipamentos em comodato, implantação/ativação sem custos adicionais, plataforma de monitoramento, suporte técnico e níveis de serviço (SLA), conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.*

2.2. **VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 1.440.531,96 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos).**

2.3. A licitação será realizada em **ÚNICO LOTE**.

3. DA VISTORIA

3.1. Os interessados **PODERÃO** também visitar o itinerário onde serão instalados os pontos de internet (*conforme mapa em link item 8.2.40 do TR*) e, após, emitir declaração de vistoria do local ou declaração de dispensa de vistoria e de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;

3.2. A visita deverá ser realizada por intermédio de representante legal do licitante e/ou preposto e por representante da Prefeitura, igualmente habilitado, que assinarão a Declaração, conforme modelo anexo ao Edital, a qual deverá constar junto aos documentos de habilitação;



3.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto, tampouco poderão o fazer em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços relativos à execução;

3.4. Informações e agendamento da visita técnica ao itinerário de instalação dos pontos de internet poderão ser obtidos junto ao Departamento de TI, pelos telefones (42) 3080-1782 (ramais 8040 e 9999) ou pelo WhatsApp (42) 93505-1919;

3.5. Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

3.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A participação é de Ampla Concorrência.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor



familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Consórcio. Poderão participar empresas reunidas em consórcio, de modo a permitir que as empresas especializadas somem esforços e conhecimento técnico para a correta execução do objeto.

4.7.1 Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

4.7.1.1 A empresa líder deverá ser nacional e de maior participação no Consórcio. No caso de participações iguais, a líder deverá ser a consorciada de maior Capital Social;

4.7.1.2 A empresa consorciada não poderá participar da mesma licitação isoladamente ou em outra formação de consórcio;

4.7.1.3 No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira.

4.7.1.4 A constituição do Consórcio será feita por Comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados, incluindo os seguintes itens:

- a) Designação do Consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do Consórcio;
- c) Prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses, bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;
- d) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e das prestações específicas (participação em percentual do valor total), em relação ao objeto da licitação;
- e) Compromisso expresso de que cada consorciado responderá por todos os atos do consórcio, sendo obrigatória a assinatura do contrato com o Município contratante por todos os consorciados;
- f) Indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio, que será sua única representante perante o Município contratante, com quem, por meio da pessoa do seu representante legal, serão mantidos todos os entendimentos relativos à licitação e ao contrato, devendo atender as condições de liderança fixadas no edital;
- g) Designação do representante legal do consórcio;
- h) Compromisso das consorciadas de que não terão a sua constituição ou composição alteradas ou modificadas, sem a prévia e expressa anuência do Município contratante, até o



cumprimento do objeto da licitação, mediante termo de recebimento, observado o prazo de duração do consórcio;

i) Compromisso expresso das consorciadas de que apresentarão, antes da assinatura do eventual termo do contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição do consórcio, arquivado no registro do comércio local de sua sede ou o registro no cartório de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas;

j) Que cada consorciado apresente a documentação relacionada no item DA HABILITAÇÃO deste edital, e suas subdivisões, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

3.3.2 Será exigido do consórcio acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

4.8. Não poderão disputar esta licitação

4.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.8.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.8.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



4.9. O impedimento de que trata o item 4.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A vedação de que trata o item 4.8.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente através do Link: <https://prudentopolisprscp.equiplano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#!/abertura-processo/entidade/28>, no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, sendo que caso enviado por e-mail deverá ser confirmado via telefone: (42) 3080-1700.

5.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

5.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art. 164 § único da Lei 14133/2021.

5.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.



5.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de contrato.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

7.1.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

7.1.3. Marca;

7.1.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

7.1.5. Declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.



7.1.6. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00) após a vírgula.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (hum centavo)**.

8.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.14. O modo de disputa será **“aberto e fechado”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



8.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

8.21.2.2. Empresas brasileiras;

8.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

8.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

8.24.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.26. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

8.27. Quando convocado via chat pela pregoeira, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

9. DO JULGAMENTO



9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;



-
- 9.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.6.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.6.7.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.6.7.1.** *Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*
- 9.6.7.2.** *Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*
- 9.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1.** A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:
- 10.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.1.1.1.** Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:
- I) Habilitação jurídica;*
- II) Regularidade fiscal e trabalhista;*
- III) Qualificação Econômica – Financeira;*
- IV) Qualificação técnica.*
- 10.1.1.2.** O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.



10.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

10.1.1.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.1.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.1.3.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

10.1.3.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.1.3.3. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.1.3.4. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

10.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.1.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.1.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.6. Serão exigidos os seguintes documentos

10.1.6.1. Para comprovação da habilitação jurídica



-
- I) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- III) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- V) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

OBSERVAÇÕES:

- I) Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;*
- II) Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;*
- III) Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.*

10.1.6.2. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

- I) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- II) Prova de regularidade conjunta, relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- III) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- IV) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;



V) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

VI) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

10.1.6.3. Para comprovação da qualificação econômico-financeira

I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

b) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo **de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão**.

10.1.6.1. Para comprovação da qualificação técnica

I) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo;

II) Apresentação no momento da habilitação de Certidão de Registro da empresa e do profissional indicado como responsável técnico junto à Unidade competente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) a que estiverem vinculados;

III) Comprovação de que a participante possui em seu corpo técnico para atuar como responsável técnico pelo serviço, na data da abertura das propostas, profissional(is) de nível superior reconhecido(s) pela unidade competente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), (através de registro em carteira, ficha de registro, contrato ou outro instrumento);

IV) Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização dos serviços poderão vir a serem substituídos por outros com igual qualificação profissional, desde que devidamente autorizado pela Administração Municipal;

V) É vedada a indicação do mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa participante;



VI) Cópia de concessão ou termo de autorização para prestação de serviços de comunicação Multimídia (SCM) expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel, nos termos da Lei N° 9.472/97 e da Resolução N° 614/2013 da própria Anatel;

VII) Antes da homologação, a VENCEDORA do certame terá 30 dias corridos para apresentação da autorização de uso compartilhado de postes da rede de distribuição aérea de energia elétrica no Município de Prudentópolis (COPEL), para atendimento de 100% dos locais de Fibra Óptica. Tal comprovação se dará por meio de apresentação, anuência e todos os projetos que contemplem o atendimento. Deve ser apresentado também KML de toda a rede. Conforme previsão do artigo 14º da Resolução Normativa Aneel N° 1.044, de 27 de setembro de 2022, o detentor dos postes pode retirar cabos, fios, cordoalhas ou equipamentos de sua infraestrutura sem prévia autorização quando constatar ocupação clandestina. Vale a pena ressaltar que o serviço será prestado em favor de todas as estruturas das instituições públicas municipais, as quais dependerão exclusiva e unicamente deste para se conectarem com a internet e prestarem serviços essenciais aos cidadãos;

VIII) Ocorrendo a não apresentação no prazo estabelecido a empresa será automaticamente desclassificada;

IX) O prazo não será prorrogado sob nenhuma justificativa, caso a licitante já possua previamente a autorização tal documento poderá ser apresentado junto a habilitação.

10.2. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

10.5.3. Documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.



10.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.10. Os documentos que não possuem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a **180 (cento e oitenta) dias** anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para cada fase, classificação e habilitação, durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação imediata quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

11.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.5.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes>.

11.11. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará o procedimento à Procuradoria Jurídica para parecer.

11.12. Caso à pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do Comprasnet.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

12.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.



12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

13. DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

13.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em um CONTRATO, cuja minuta se encontra no **ANEXO IV** deste Edital.

13.3. O Contrato será encaminhado a empresa vencedora, a fim de que seja realizada a devida assinatura. Ressalta-se que é responsabilidade da empresa realizar a assinatura do referido instrumento e devolvê-lo ao Departamento de Licitações no prazo estipulado, sendo este o de **05 (cinco) dias após o seu recebimento**. A não devolução do documento devidamente assinado no prazo estabelecido poderá acarretar em sanções previstas no edital ou outras medidas cabíveis, conforme a legislação vigente.

13.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

13.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis.

13.6. Fica o Fiscal e o Gestor do Contrato, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



-
- 14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- 14.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5.** Fraudar a licitação;
- 14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;
- 14.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** Advertência;
- 14.2.2.** Multa;
- 14.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;



14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no



item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Adota-se nesta licitação e nos consequentes Contratos, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;



c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga dos contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese do contrato vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [\[https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1\]](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1).

16.11. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

16.12. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

16.13. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato ou outro documento equivalente, inhabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a



regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento (s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

16.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Prudentópolis, com exclusão de qualquer outro.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Atestado de Visita Técnica;
- Anexo II.1 – Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica;
- Anexo III – Modelo Padrão de Proposta;
- Anexo IV – Minutado Contrato.

Prudentópolis, 11 de junho de 2026.

Maricleia Grzeszezyszen

Responsável pela elaboração do Edital



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 3856/2026

1. DA SECRETARIA SOLICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Administração;

1.2. DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

1.2.1. Secretaria Municipal de Agricultura;

1.2.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;

1.2.3. Secretaria Municipal de Cultura;

1.2.4. Secretaria Municipal de Educação;

1.2.5. Secretaria Municipal de Esportes e Recreação;

1.2.6. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico

1.2.7. Secretaria Municipal de Planejamento;

1.2.8. Secretaria Municipal de Saúde;

1.2.9. Secretaria Municipal de Turismo;

1.2.10. Secretaria Municipal de Obras;

1.2.11. Secretaria Municipal de Finanças;

1.2.12. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

1.2.13. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura.



2. DO EMBASAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei Federal n.º 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Este Instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pelo Departamento de TI subordinado à Secretaria de Administração.

4. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Sim, está prevista do Plano de Contratações Anual do Município.

5. DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência visa subsidiar o Departamento de Licitações na elaboração das diretrizes que darão ordem e forma ao processo licitatório para a ***“Contratação de empresa especializada para fornecimento de conectividade corporativa gerenciada, em regime de prestação continuada, contemplando acesso à internet e interligação entre os pontos da Prefeitura Municipal de Prudentópolis por rede privada da prestadora (LAN/WAN), com fornecimento de equipamentos em comodato, implantação/ativação sem custos adicionais, plataforma de monitoramento, suporte técnico e níveis de serviço (SLA)”*** conforme especificações contidas neste Termo, em consonância com o teor do **Processo nº 3856/2026** e anexos, ao qual está vinculado.

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar conectividade corporativa contínua, estável e com governança em toda a estrutura da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, considerando que a internet e a interligação entre unidades passaram a ser infraestrutura essencial para a execução das atividades administrativas e finalísticas, bem como para o atendimento direto ao cidadão. O Município possui operação descentralizada, abrangendo 14 secretarias e um conjunto de 139 pontos de operação (departamentos e unidades), distribuídos em todo o território municipal, incluindo serviços críticos de Saúde (clínicas, UBS, ESF, CAPS, fisioterapia, farmácia e especializados), Educação (escolas, CMEIs e demais unidades) e Assistência Social (CRAS, CREAS e correlatos), cujas rotinas dependem de comunicação constante, acesso a sistemas e troca de informações em tempo real.

Além disso, integra o cenário operacional municipal a estrutura de monitoramento urbano e segurança patrimonial, com câmeras e alarmes, bem como integrações institucionais com órgãos



externos, demandando tráfego contínuo e confiável para envio/consulta de dados e imagens. Nesse contexto, instabilidades e indisponibilidades geram impactos imediatos: comprometem atendimentos, aumentam filas e retrabalho, reduzem capacidade de resposta, fragilizam a rastreabilidade de registros e prejudicam a continuidade do serviço público. Assim, a solução deve ser tratada como serviço corporativo e não como acessos isolados por unidade, exigindo responsabilidade ponta a ponta, padronização técnica e mecanismos objetivos de fiscalização por SLA, indicadores e evidências.

Diante das alternativas avaliadas, a opção pela contratação de empresa especializada para fornecimento de conectividade corporativa gerenciada mostra-se a mais adequada por concentrar, em um único fornecedor, a responsabilidade pela implantação, operação, manutenção, monitoramento e suporte, com metas de disponibilidade e qualidade mensuráveis, prazos de atendimento e normalização compatíveis com a criticidade dos serviços e mecanismos de auditoria. Essa abordagem reduz a fragmentação e o risco de conflitos de responsabilidade típicos de múltiplos contratos e múltiplos provedores, assegurando governança de segurança digital, rastreabilidade e correlação de eventos, além de permitir expansão controlada durante a vigência, inclusive com previsão de até 80 pontos adicionais que poderão ser solicitados conforme necessidade da Administração.

Por fim, a contratação proposta atende aos princípios de eficiência, continuidade e economicidade, pois permite previsibilidade orçamentária por mensalidade, assegurando que os custos de implantação/ativação e toda a estrutura necessária à prestação do serviço sejam absorvidos pela contratada, evitando a necessidade de investimento inicial elevado e de estrutura municipal própria complexa para operação de telecomunicações (equipe especializada, logística, aquisição recorrente de peças/insumos e dependências regulatórias/infraestruturais). Assim, a contratação é necessária e adequada para garantir conectividade padronizada, segura e fiscalizável em todos os pontos da Prefeitura, assegurando a continuidade e a melhoria do atendimento ao cidadão.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP em anexo.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

8.1. ITEM, QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO OBJETO

LOTE ÚNICO



Item	Locais	Tipo	Velocidade	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
01	Acolhimento	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
02	Almoxarifado Obras (Antigo Prudetran)	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
03	Arquivo Histórico (antigo conselho)	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
04	Arquivo Público	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
05	Biblioteca Municipal	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
06	Bolsa Família/ CAD Único	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
07	Bombeiro/ Defesa Civil	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
08	Câmera 1	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
09	Câmera 10	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
10	Câmera 11	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
11	Câmera 12	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
12	Câmera 13	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
13	Câmera 14	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
14	Câmera 15	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
15	Câmera 16	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
16	Câmera 17	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
17	Câmera 18	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
18	Câmera 19	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
19	Câmera 2	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
20	Câmera 20	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
21	Câmera 21	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
22	Câmera 22 e 23	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
23	Câmera 24 e 25	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36



24	Câmera 26 e 27 (Perto PROAM)	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
25	Câmera 28 e 29 (Linha abril – Rio dos Patos)	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
26	Câmera 3	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
27	Câmera 4	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
28	Câmera 5	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
29	Câmera 6	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
30	Câmera 7	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
31	Câmera 8	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
32	Câmera 9	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 427,28	R\$ 5.127,36
33	Caps AD	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
34	Caps TM	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
35	Ceemp	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
36	Centro de Eventos	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
37	Centro de Informações Turísticas	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
38	CMEI Elizabet Woidelo Pontarolo	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
39	CMEI Josefina	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
40	CMEI Luiza Oçowski Thomé	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
41	CMEI Mae Honorina	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
42	CMEI Nossa Senhora das Graças	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
43	CMEI Santa Luzia	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
44	CMEI São Jose Arimateia	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36



45	CMEI Tia Antonia	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
46	CMEI Zilda Arns	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
47	Conselho Tutelar	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
48	Cras Vila da Luz	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
49	Cras Vila Mariana	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
50	Departamento de Segurança	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
51	EM Acyr Cavali da Luz	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
52	EM Benedito José Pinto	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
53	EM Canuto Guimarães	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
54	EM Clotilde dos Santos Gomes	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
55	EM Coronel J. Durski	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
56	EM Favo de Mel	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
57	EM Marcos Antoniu	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
58	EM Nossa Senhora Aparecida	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
59	EM Rose Valderez	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
60	EM Severo Agibert	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
61	EM Tiradentes	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
62	EMC Angela Alessi Dal Santos	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
63	EMC Barra Bonita	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
64	EMC Barra Vermelha	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
65	EMC Eduardo Chaves	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
66	EMC Encruzilhada	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
67	EMC Esperança	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36



68	EMC Frederico Bobato Filho	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
69	EMC Jesuino Marcondes	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
70	EMC Linha Manduri	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
71	EMC Linha Nova Galicia	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
72	EMC Linha Paraná	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
73	EMC Linha Piquiri	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
74	EMC Linha Sete de Setembro	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
75	EMC Presidente Kennedy	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
76	EMC RosaOgg	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
77	ESF Angela Maria Machado	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
78	ESF Antônio Lemos (Vila das Flores)	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
79	ESF Beraldo	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
80	ESF Casa Feliz	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
81	ESF Francisco Klosowski	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
82	ESF Jardim Delmira	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
83	ESF Josefa Cacicano Michalczuk	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
84	ESF Laudelina Queiroz dos Santos	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
85	ESF Linha Esperança	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
86	ESF Piquiri	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
87	ESF Ronda	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
88	ESF São Basilio	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
89	ESF Vila Mariana	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
90	Fisioterapia Municipal	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36



91	Ginásio Milton Copak	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
92	Ginásio Newton Agibert	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
93	Horto Municipal	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
94	Monumento São João	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
95	Pátio Motoristas Educação	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
96	Polícia Civil	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
97	Polícia Militar	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
98	Posto DR. Geraldo	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
99	Prefeitura Concentrador	Fibra	2Gbps	Mensal	12	R\$ 30.910,18	R\$ 370.922,16
100	Procon	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
101	Regulação	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
102	Rodoviária Municipal	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
103	Sala dos Conselhos	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
104	Salto Barão do Rio Branco	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
105	Secretaria da Cultura	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
106	Secretaria de Agricultura	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
107	Secretaria de Assistência Social	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
108	Secretaria de Educação	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
109	Secretaria de Saúde	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
110	Secretaria de Transporte e Infraestrutura	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
111	Secretaria de Turismo	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
112	Transbordo Lixão	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
113	UBS Eloi Marino Bobato	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
114	UBS Justina Frankiw Filicio	Fibra	1Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36



	(Capanema)						
115	UBS Linha Paraná	Fibra	1 Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
116	UBS Marcondes	Fibra	1 Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
117	Unidade TEA (antiga biblioteca)	Fibra	1 Gbps	Mensal	12	R\$ 402,28	R\$ 4.827,36
118	EMC Barra Seca	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
119	EMC Cachoeirinha	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
120	EMC Getúlio Vargas	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
121	EMC Herval	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
122	EMC Jaciaba	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
123	EMC Ligação	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
124	EMC Pedra Branca	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
125	EMC Perobas	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
126	EMC Ponte Nova	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
127	EMC São Francisquinho	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
128	EMC Tijuco Preto	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
129	EMC Vista Alegre	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
130	ESF Ligação	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
131	ESF Lucia Fabri	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
132	ESF Mariano Lubczyk	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
133	ESF Tijuco Preto	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
134	Secretaria de Agricultura Ligação	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
135	UBS Amélia Volochen Jala (Herval)	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
136	UBS Cachoeirinha	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44



137	UBS Patos Velhos	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
138	UBS Perobas	Rádio	100 Mbps	Mensal	12	R\$ 364,87	R\$ 4.378,44
139	Pontos extras de possíveis instalação (Urbano ou Rural)	-	-	Mensal	960	R\$ 427,28	R\$ 410.188,80

8.1.1. Os locais descritos acima, bem como o tipo mínimo de conexão indicado para cada unidade (fibra ou rádio), foram definidos com base na infraestrutura atualmente existente e no padrão de atendimento hoje disponível em cada endereço. Dessa forma, a caracterização do meio de acesso mínimo exigido reflete a realidade operacional do Município no momento da elaboração deste estudo, buscando assegurar a continuidade do nível tecnológico e a manutenção das condições de funcionamento já consolidadas, sem prejuízo de melhorias e ampliações que venham a ser implementadas pela contratada.

8.1.2. Adicionalmente, foram previstos 80 (oitenta) pontos extras de conexão, que poderão ser solicitados pela CONTRATANTE durante a vigência do contrato, para instalação em qualquer local dentro do perímetro do Município de Prudentópolis, observados os requisitos mínimos de qualidade, disponibilidade, segurança e monitoramento estabelecidos. No ato de cada solicitação, a definição do meio de acesso (fibra ou rádio) será realizada com base na disponibilidade técnica no endereço, devendo a CONTRATADA apresentar a alternativa tecnicamente adequada e priorizar a implantação por fibra sempre que viável. Na hipótese de inviabilidade técnica de fibra, a solução por rádio deverá ser devidamente justificada e ficará condicionada à análise e aceite da CONTRATANTE, sem prejuízo do atendimento aos parâmetros mínimos previstos.

8.1.3. Visto que o presente contrato pode permanecer por até 10 anos conforme LEI 14.133/2021 estipulamos quantidades a mais visto que podem ocorrer novas demandas nos anos e que não seria necessário um novo processo licitatório.

8.1.4. As quantidades serão pagas por mês com base na quantidade de locais ativos com dotação de cada secretaria.

8.2. DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

8.2.1. A conexão deverá ser entregue utilizando tecnologia de fibra óptica, podendo ser entregue com conexão via cabo ou drop de uma ou duas vias, ou via rádio nos locais onde está indicado a possibilidade de ser via rádio;



8.2.2. A conexão dos pontos rurais deverá ser entregue usando tecnologias igual ou similares ao item anterior, com garantia da integração de TRANSPORTE com a rede urbana;

8.2.3. A Prestadora deverá configurar o seu sistema de transmissão de modo que os pacotes sejam enviados entre as Unidades de Interesse Municipal sem a necessidade de roteamento no ponto principal - “Concentrador” para isto a comunicação deverá ser feita em Layer2 separando o tráfego de cada unidade via VLAN;

8.2.4. Em nenhuma hipótese será possível ser utilizado VPN para a interconexão dos pontos;

8.2.5. Prover obrigatoriamente 2 (dois) canais de comunicação com rotas diferentes entre a sede da Prefeitura Municipal de Prudentópolis e as instalações da PRESTADORA, através de enlace terrestre em fibra-ótica, sendo um canal principal e outro como redundância, (um acesso assume automaticamente na falha do outro) por um único range de IP’s fornecido pela contratada;

8.2.6. O mecanismo de redundância deverá permitir failover automático e deverá ser testado na ativação e periodicamente, mediante janela acordada, com evidência técnica (logs/relatório) disponibilizada à fiscalização.

8.2.7. As ligações entre Prefeitura e PRESTADORA devem ser realizadas em equipamentos em portas de no mínimo 10Gbps e os equipamentos devem suportar um throughput superior a 100Gbps;

8.2.8. Os equipamentos necessários para a intercomunicação entre PRESTADOR e PREFEITURA devem ser fornecidos em comodato e devem ser de nível EMPRESARIAL de ALTA EFICIÊNCIA.

8.2.9. Disponibilizar link com a internet de 2Gbps dedicados, bandas simétricas, no concentrador;

8.2.9.1. A PRESTADORA deve possuir conexão direta, com no mínimo 02 (dois) backbones de Internet de abrangência nacional (em no mínimo 80% das UF). A banda disponível nestas conexões deve ser suficiente para comportar o tráfego demandado pelo Município de Prudentópolis sem que haja saturação nos enlaces da PRESTADORA. Tal verificação será via ASN da licitante vencedora;

8.2.10. As conexões de transporte dos pontos de fibra, deverá possuir a velocidade mínima do transporte de 1Gbps (simétrica) em cada ponta, a velocidade de cada ponto será controlada pelo departamento de TI com base em necessidade de cada local;

8.2.11. As conexões de transporte dos pontos de via rádio, deverá possuir a velocidade mínima do transporte de 100 Mbps (simétrica) em cada local.

8.2.12. As conexões dos pontos deverão ser providas por equipamentos finais (CPE) ONT, modem e/ou roteadores conforme as especificações detalhadas em item específico, sem qualquer processamento da conexão (com exceção do protocolo ou tecnologia de conexão), podendo ser entregue utilizando conexão via cordão de fibra ou cabo UTP para conexão no firewall, roteador,



switch ou concentrador da prefeitura em cada ponto, devem conter 2 portas LAN e suportarem no mínimo 2 VLANS em cada ponto.

8.2.13. Os equipamentos da operadora devem ser de nível empresarial, não podendo ser utilizado equipamento residencial.

8.2.14. Para o concentrador deverá ser fornecido bloco de endereços /29 IPv4, sendo cinco IPs úteis, públicos, fixos e sem restrições, não podendo constar em listas de bloqueio, e devendo ser destinados a uso corporativo, e associados a região onde a conexão será entregue (geolocalização).

8.2.15. Deverá ser fornecido bloco de IPv6, com prefixo /48 ou 52, sem restrições, não podendo constar em listas de bloqueio, e devendo ser destinados a uso corporativo, sendo entregues utilizando tecnologia SLAAC, DHCPv6 ou equivalente.

8.2.16. A conexão deverá ser entregue com a autenticação e/ou recebimento dos IPs públicos diretamente no firewall, switch ou concentrador da prefeitura.

8.2.17. A CONTRATADA não poderá impor bloqueios, filtros, proxies transparentes, limitação por porta/protocolo ou qualquer forma de restrição arbitrária ao tráfego IP (IPv4 e IPv6), inclusive TCP, UDP e ICMP, garantindo transporte transparente dos protocolos necessários às operações do Município (inclusive integrações, APIs, videomonitoramento e comunicação entre unidades). Exceções somente por determinação legal, mitigação de incidentes de segurança devidamente justificada (ex.: ataques), ou por solicitação formal da CONTRATANTE, com registro e comunicação ao fiscal;

8.2.18. A conexão deverá ser simétrica em ambos os dados de entrada e saída da conexão.

8.2.19. Deverá ser garantida cem por cento da banda contratada por todo o tempo de contrato.

8.2.20. Deverá ser garantido SLA conforme quadro em item específico.

8.2.21. A execução dos serviços deverá seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como as normas, locais, estaduais e federais pertinentes.

8.2.22. Os links de transporte deverão ser capazes de transportar VLANs (802.1Q) e/ou transporte L2.

8.2.23. Os equipamentos ofertados para atender aos serviços a serem prestados deverão ser novos e distribuídos através de canais credenciados do fabricante no Brasil, respeitando a padronização já especificada, assim como certificados pela Anatel, ou mantidos os atuais equipamentos, caso a contratada seja a atual fornecedora dos serviços, desde que os itens estejam em bom estado de funcionamento.

8.2.24. Não poderão ser ofertados e instalados equipamentos descontinuados ou em previsão de descontinuidade das linhas normais de produção (fabricação e/ou montagem) do fabricante. A



empresa deverá apresentar o certificado de homologação da Anatel, ou apresentar comprovação de dispensa.

8.2.25. Não será permitida a subcontratação nas Unidades de Interesse Municipal previstas;

8.2.26. A CONTRATANTE definirá, junto a CONTRATADA a metodologia lógica da rede, configurações, faixas de endereçamento IP e demais aspectos técnicos.

8.2.27. Acessos de Transporte disponibilizados pela CONTRATADA, não poderão ser compartilhados com nenhum outro cliente da CONTRATADA e deverão ser capazes de absorver 100% do tráfego referente às velocidades contratadas, com a garantia de qualidade de serviços mínima exigida.

8.2.28. A CONTRATADA deverá manter sigilo das informações trafegadas e não realizar inspeção de conteúdo para fins alheios ao contrato. É permitida e exigida a coleta de metadados e estatísticas técnicas necessárias à operação, segurança, auditoria e comprovação de SLA, disponibilizando tais registros à CONTRATANTE quando solicitados pelo fiscal, resguardada a legislação aplicável.

8.2.29. A CONTRATADA deverá possuir equipe de manutenção fixa no município devido na mesma rede estar conectado sistema de videomonitoramento integrado o qual em momento de falta de conexão deve ser corrigido o mais rápido possível.

8.2.30. Todos os dispositivos, acessórios, materiais, ferramentas e equipamentos essenciais ou complementares a execução dos serviços, são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.2.31. É obrigatório a CONTRATADA possuir concentrador e autenticação localizado geograficamente em data center, próprio da CONTRATADA no município.

8.2.32. Todos os custos relacionados com a prestação dos serviços, incluso o fornecimento de equipamentos e materiais, bem como os encargos sociais, ficarão por conta do contratado.

8.2.33. O serviço contratado deverá permitir incorporações, modificações ou ampliações sem que estas impliquem a interrupção do restante das conexões do Município.

8.2.34. Todos os equipamentos devem ser instalados e colocados em plena operação, pelo fornecedor de acordo com o plano de implementação proposto e devidamente aprovado pelo fiscal responsável.

8.2.35. A Contratada deverá fornecer uniforme e crachá de identificação aos seus funcionários e responder pela idoneidade moral, apresentação pessoal e comportamento cordial destes, no ambiente da Contratante.

8.2.36. Qualquer intervenção que, para o seu desenvolvimento seja necessária à paralisação do equipamento, deverá ser prévia e oficialmente comunicada com vistas à autorização da Contratante. O prazo para tal comunicação será acordado entre a Contratada e a Contratante.



8.2.37. Nenhuma mudança, chamado ou intervenção deverá ser realizado pela CONTRATADA sem o conhecimento do setor de Tecnologia, sendo este sempre informado de qualquer chamado a ser atendido.

8.2.38. A homologação da instalação de radiocomunicação instalada junto a Anatel é totalmente de responsabilidade da contratada.

8.2.39. O equipamento instalado no ponto remoto deve ter acesso de gerenciamento garantido a equipe do Departamento de TI.

8.2.40. As instalações dos pontos de conexão da área urbana e rural deverão ser instaladas nos locais definidos, que podem ter sua localização/endereço consultada como destacados no mapa disponível em <https://prudentopolis.pr.gov.br/locais>. No presente mapa os pontos de CAMERAS de segurança municipal não estão demarcados, devido a segurança URBANA. Para obtenção dos pontos deve-se ser solicitado via email: informatica@prudentopolis.pr.gov.br.

8.2.41. Todos os custos de instalação e ativação são por conta da CONTRATADA.

8.2.42. A Prestadora deverá fornecer acesso ao roteador através de protocolo SNMP (comunidade publica) para o monitoramento das “interfaces” que compõem a rede do Município. Assim, o Departamento da Tecnologia da Informação do Município deverá monitorar em tempo real a utilização de seus links, via software MRTG ou Similar a ferramenta deverá ser fornecida pela PRESTADORA;

8.2.43. A CONTRATADA não poderá empregar CGNAT para os endereços IP públicos fornecidos ao Município, devendo assegurar endereçamento público fixo e roteável. Deve também garantir MTU compatível com operação corporativa, informando o valor efetivo e assegurando estabilidade do parâmetro

8.2.44. Para as unidades de interesse municipal que serão atendidas via rádio, a prestadora deverá disponibilizar infraestrutura de torre com redundância de energia nobreak ou gerador com autonomia mínima de 12 horas, sistema para raio, com Anotação de Responsabilidade Técnica registrada no órgão competente, viabilidade comprovada via projeção de estudo de 100% do fresnel desobstruído e rádios devidamente licenciados nas frequências conforme autorização da ANATEL desde que atingindo a velocidade mínima indicada.

8.2.45. Não será permitido contratação de terceiro para entrega de última milha.

8.2.46. Nos preços praticados pela Prestadora deverão estar contemplados todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo: aluguel dos meios de transmissão, roteadores, porta, acesso, demais equipamentos, despesas com manutenção necessárias para disponibilizar os serviços. A



empresa poderá verificar as instalações do Município previamente, mediante agendamento, objetivando o levantamento de dados visando a elaboração de proposta;

8.2.47. A Prestadora será responsável pelos serviços de configuração até a porta LAN de seus roteadores CPE de forma a garantir o nível dos serviços contratados, sendo o seu limite de atuação;

8.2.48. Para todos os locais iniciais indicados a CONTRATANTE fornecerá energia disponível;

8.2.49. A CONTRATANTE em qualquer momento poderá solicitar a instalação dos pontos extras em quaisquer locais do município;

8.2.50. Para locais de instalações futuras poderá ocorrer necessidade de a CONTRATADA ter que instalar sistema de energia solar com bateria, visto que poderá ocorrer necessidade de instalação de pontos para câmeras em pontos estratégicos.

8.2.51. O objeto da licitação não poderá ser entregue aproveitando a última milha (trecho final até os prédios da prefeitura), de outra conexão já existente, como fibras usadas ou não usadas de outra operadora, sendo necessário que a instalação seja completamente independente dos demais links que possam estar instalados nas dependências da prefeitura, ou infraestrutura de empresas terceiras.

8.2.52. A contratação será realizada na modalidade de prestação continuada, com remuneração exclusivamente por mensalidade, devendo a CONTRATADA considerar, no valor mensal proposto, todos os custos necessários à implantação e operação do serviço, incluindo, mas não se limitando, a levantamento técnico, projeto, ativação, instalação, materiais, equipamentos em comodato (CPEs e demais componentes), configurações, testes, deslocamentos, visitas técnicas, manutenção corretiva e preventiva, bem como suporte e monitoramento. Não será admitida cobrança de taxa de instalação, ativação, adesão, visita técnica ou qualquer valor adicional à mensalidade, salvo por demanda extraordinária formalmente solicitada pela CONTRATANTE e previamente autorizada, com justificativa e orçamento específico.

8.2.53. Sempre que houver necessidade de alteração de endereço (mudança de local) de qualquer ponto/unidade atendida, por reorganização administrativa, mudança de prédio ou necessidade operacional da Prefeitura, a CONTRATADA deverá realizar a realocação/transferência do ponto de conexão, incluindo desinstalação, reinstalação, reconfiguração e testes, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, mantendo os requisitos mínimos de qualidade, disponibilidade, segurança e monitoramento previstos. O prazo para execução da alteração de endereço será pactuado entre as partes, mediante solicitação formal da CONTRATANTE e apresentação do plano de atendimento pela CONTRATADA, observada a viabilidade técnica do novo local e a continuidade do serviço, devendo a CONTRATADA adotar medidas para minimizar indisponibilidades durante a transição.



8.3. LOCAIS COM WIFI PÚBLICOS

8.3.1. Em todos os pontos a CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários em comodato;

8.3.2. Nos locais que são necessários instalação de Pontos de Acesso de Wifi Público São:

8.3.2.1. Monumento Salto São João

8.3.2.2. Monumento Salto Barão do Rio Branco

8.3.3. Todos os locais necessitam conter sistema de Hotspot com auto cadastro, geração de relatórios de acesso 100% cloud respeitando o Marco Civil da Internet e LGPD;

8.3.4. No local denominado MONUMENTO, a PRESTADORA deverá alocar Pontos de Acesso público no Mirante 1, Mirante Cachoeira, Casa de Guarda e recepção;

8.3.4.1. Para transmitir o sinal até Mirante Cachoeira, será necessário a realização e um PTP e instalação de placas solares e bateria suficiente a manter a operação continua.

8.3.5. No local denominado Salto Barão do Rio Branco é necessário instalação no mirante com sistema de placa solar e bateria, e na recepção.

8.3.6. Todos os pontos de acesso devem ser equipamentos homologados pela ANATEL, e ter suporte mínimo de 300 pessoas simultâneos;

8.3.7. A PRESTADORA deverá entregar todos os equipamentos conectados na controladora já existente do município.

8.4. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

8.8.1. O preço total máximo admitido para a licitação será de: **R\$ 1.440.531,96 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos).**

9. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. Os preços referenciais do presente Termo de Referência foram obtidos através dos orçamentos coletados pela Divisão de Orçamentos do Departamento de Licitação, sendo desta a total responsabilidade quanto à coleta e processamento das informações, e representam preços médios dos orçamentos, conforme anexos que integram o processo inaugural, incluído o valor do Contrato do município de Castro/PR o qual possui estrutura similar ao município de Prudentópolis/PR.

10. DA NATUREZA E GARANTIA DO OBJETO

10.1. Natureza: Serviço comum de natureza continuada, o qual poderá ser prorrogado conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021, podendo chegar a 10 (dez) anos;



10.2. Garantia: Conforme disposições específicas da execução dos serviços.

11. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO OBJETO

11.1. Não se aplica.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Não se aplica.

13. PRAZOS E SLA

13.1. Em caso de reparos de manutenção corretiva, o tempo máximo de resolução do problema deve ser feito em até 4 (quatro) horas após o registro do chamado pela CONTRATANTE.

13.1.1. No caso de impossibilidade de manutenção por falta de peças ou outro motivo de força maior, o problema deve ser especificado por meio de laudo técnico emitido pela contratada, o qual após analisado por profissional da prefeitura poderá ou não ser aceito.

13.2. Problemas de desempenho, e indisponibilidade ou instabilidade de rotas deverão ser corrigidos em até vinte e quatro horas.

13.2.1. No caso de impossibilidade da manutenção por falta de peças ou outro motivo de força maior, o problema deve ser especificado por meio de laudo técnico emitido pela contratada, o qual após analisado por profissional do setor de Tecnologia da prefeitura, poderá ou não ser aceito.

13.3. A PRESTADORA deverá disponibilizar Central de Atendimento com suporte técnico 24h por dia, devendo informar o procedimento para abertura de chamado técnico;

13.4. Todos os chamados técnicos deverão ter um atendimento inicial de no máximo 10 (dez) minutos e 30 (trinta) minutos para um primeiro diagnóstico;

13.5. Todos os chamados técnicos deverão ser registrados devendo ser fornecido no momento do atendimento um identificador para posterior localização do chamado;

13.6. Todos os serviços contratados, incluindo o atendimento técnico, devem estar disponíveis no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por todo o período do contrato. Caso haja necessidade de interrupção dos serviços, inclusive em função de mudança de tecnologia, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Havendo a autorização da referida interrupção, o referido serviço não será considerado indisponível durante o período indicado. Entretanto, caso a CONTRATADA exceda o período previsto, o referido serviço será considerado indisponível no tempo excedente.



13.7. O serviço contratado será considerado disponível desde que esteja plenamente funcional e operacional, atendendo a todas as Especificações Técnicas referentes ao respectivo serviço. Entretanto, o serviço não será considerado indisponível em razão de fatos que estejam sob a responsabilidade da CONTRATANTE.

13.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, plataforma de monitoramento e gestão do serviço (portal ou sistema equivalente) que permita à CONTRATANTE acompanhar, em tempo real e em histórico, a disponibilidade, utilização de banda, latência, jitter e perda de pacotes por ponto, bem como gerar relatórios mensais de SLA. As métricas deverão ser apuradas com base em metodologia transparente, incluindo a apresentação de percentis (p95 e p99), de modo a refletir a qualidade efetiva do serviço ao longo do período. A plataforma deverá permitir exportação de relatórios (PDF/CSV) e consulta por período, ponto e evento de indisponibilidade. Adicionalmente, a CONTRATADA deverá permitir e cooperar com o monitoramento independente realizado pela CONTRATANTE, fornecendo os parâmetros técnicos necessários e liberando acesso a informações (ex.: SNMP seguro e logs operacionais), de forma a viabilizar auditoria e fiscalização contratual.

13.9. A plataforma deverá permitir configuração de alertas e notificações automáticas (e-mail e/ou aplicativo/mensageria) para eventos de indisponibilidade, degradação de desempenho (ex.: aumento de latência, jitter, perda de pacotes) e saturação de link, possibilitando parametrização por ponto/unidade, horários e criticidade, bem como registro do evento e do horário de início e normalização.

13.10. Os parâmetros mínimos de qualidade entre cada unidade e o concentrador municipal deverão ser apurados mensalmente por percentis (p95 e p99), com base em medições contínuas, observada a metodologia validada.

13.10.1. Para enlaces em fibra, deverão ser atendidos, no mínimo: latência (RTT) $p95 \leq 5 \text{ ms}$ e $p99 \leq 10 \text{ ms}$, jitter $p95 \leq 2 \text{ ms}$ e perda de pacotes média mensal $\leq 0,2\%$

13.10.2. Para enlaces em rádio, deverão ser atendidos, no mínimo: latência (RTT) $p95 \leq 30 \text{ ms}$ e $p99 \leq 45 \text{ ms}$, jitter $p95 \leq 10 \text{ ms}$ e perda de pacotes média mensal $\leq 0,8\%$.

13.11. O não atendimento dos parâmetros caracterizará degradação de serviço para fins de correção e apuração do SLA.

13.12. A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mínima mensal do serviço por ponto de, no mínimo, 99,5%, apurada conforme metodologia validada, com base no tempo de conectividade efetiva ('UP') no período, desconsideradas apenas as janelas de manutenção previamente autorizadas e registradas. Para o ponto concentrador municipal (core) e demais pontos classificados como críticos pela CONTRATANTE, a disponibilidade mínima mensal deverá ser de, no mínimo, 99,7%,



observados os mesmos critérios de apuração. As métricas de desempenho (latência, jitter e perda de pacotes) serão apuradas separadamente por percentis (p95 e p99), conforme itens específicos.

13.13. A CONTRATADA deverá manter histórico mínimo de medições e eventos por período não inferior a 12 (doze) meses, garantindo integridade, rastreabilidade e carimbo de data/hora (timezone oficial do Município) dos registros. Os relatórios deverão identificar claramente o ponto/unidade, o período, a métrica aferida e os critérios de apuração utilizados.

13.14. A CONTRATADA deverá fornecer documentação técnica da metodologia de aferição (frequência de coleta, alvos de teste, forma de cálculo de disponibilidade e percentis p95/p99, tratamento de janelas de manutenção autorizadas e critérios para caracterização de indisponibilidade), a qual será submetida à validação da CONTRATANTE no aceite inicial e utilizada como referência para apuração do SLA.

13.15. O acesso à plataforma deverá ocorrer por conexão segura (HTTPS), com perfis de acesso (RBAC) e autenticação por usuários individualizados, permitindo auditoria de acessos. A plataforma deverá disponibilizar, além de exportação em PDF/CSV, mecanismos de integração (API e/ou exportações programadas) para consumo dos dados pela CONTRATANTE, quando solicitado.

13.16. Na hipótese de divergência entre medições da plataforma da CONTRATADA e as medições independentes da CONTRATANTE, as partes deverão realizar análise conjunta dos registros e evidências técnicas (logs, gráficos e histórico). Persistindo a divergência, deverá prevalecer o critério mais conservador à Administração para fins de apuração do SLA, até conclusão técnica formal documentada e aceita pela fiscalização.

13.17. O prazo para instalação total dos pontos não poderá exceder 60 dias corridos após autorização e início;

13.18. Para a instalação dos equipamentos em comodato (Pontos de Acessos) serão de até 30 dias após a finalização de todos os pontos nos locais de interesse do município.

13.19. Para fins de apuração do SLA, considera-se indisponibilidade a condição em que o ponto não entrega conectividade efetiva, caracterizada por falha de acesso aos serviços essenciais definidos pela CONTRATANTE, ainda que haja enlace físico ativo. Considera-se degradação de serviço a condição em que o ponto permanece acessível, porém apresenta desempenho abaixo dos parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos, causando impacto operacional às atividades do Município. A caracterização e apuração deverão observar a metodologia documentada e validada, utilizando medições contínuas e registros históricos.

13.20. Para fins de verificação de conectividade efetiva, o ponto será considerado disponível quando houver sucesso em testes de conectividade definidos pela CONTRATANTE, contemplando, no



mínimo, (i) conectividade com o gateway/primeiro salto do serviço e (ii) conectividade com ao menos 2 (dois) de 3 (três) destinos de referência externos previamente definidos no aceite inicial, por ICMP e/ou TCP 443. Caso a CONTRATADA restrinja ICMP, deverá obrigatoriamente disponibilizar método alternativo de verificação (TCP 443) sem prejuízo do monitoramento.

13.21. Quando solicitado instalação extra o prazo da mesma é de até 15 dias;

13.22. A manutenção programada que implique interrupção ou degradação perceptível do serviço somente poderá ocorrer mediante solicitação formal e autorização prévia da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, indicação do escopo, pontos afetados, risco operacional e plano de retorno. A autorização será pontual, por evento, não configurando permissão permanente. Manutenções recorrentes que impactem o serviço somente poderão ocorrer mediante justificativa técnica, cronograma aprovado e concordância expressa da CONTRATANTE.

13.23. Interrupções não autorizadas, ainda que em período noturno, serão contabilizadas como indisponibilidade para fins de SLA.

13.24. As métricas de disponibilidade, latência, jitter e perda de pacotes deverão ser coletadas de forma contínua e automatizada, 24x7, com periodicidade mínima de 60 (sessenta) segundos por ponto, ou outra periodicidade superior (mais frequente) para pontos críticos, conforme definido pela CONTRATANTE.

13.25. Sem prejuízo do monitoramento contínuo, a CONTRATANTE poderá solicitar medições específicas sob demanda para verificação de conformidade em pontos determinados, devendo a CONTRATADA viabilizar a execução e disponibilizar relatório técnico em até 7 dias corridos.

13.26. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de migração dos dados;

13.27. Somente após toda instalação completa é que se iniciará a utilização efetiva dos pontos de internet;

14. FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1. Pregão Eletrônico.

15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Menor preço por LOTE.

15.1.1. Considerando a natureza do objeto e os requisitos técnicos definidos para a solução, não é tecnicamente viável parcelar a contratação em múltiplos fornecedores. A conectividade pretendida não se resume a “links de internet” independentes, mas sim à formação de uma rede corporativa única, com interligação entre unidades em rede privada sob responsabilidade integral da contratada,

com parâmetros de qualidade, disponibilidade, monitoramento e segurança digital apurados de forma uniforme. O parcelamento por regiões, secretarias ou grupos de unidades implicaria, necessariamente, a coexistência de redes distintas e a necessidade de interconexão entre elas, o que introduz complexidade adicional, pontos extras de falha, rotas não controladas e heterogeneidade de padrões, inviabilizando a manutenção de uma arquitetura única e coerente.

15.1.2. Além disso, a separação por fornecedores comprometeria a própria premissa operacional do projeto: a comunicação contínua entre unidades, o funcionamento do monitoramento urbano, alarmes e integrações institucionais com fluxo constante de dados e imagens exigem responsabilidade ponta a ponta e governança unificada da rede. Em ambiente parcelado, ocorrências de indisponibilidade ou degradação tenderiam a gerar disputas sobre a origem do problema (backbone, última milha, roteamento, equipamento, saturação), ampliando o tempo de diagnóstico e restabelecimento e tornando a fiscalização menos efetiva, pois o desempenho final percebido pelo usuário passa a depender da combinação de redes e SLAs diferentes. Na prática, isso fragilizaria a exigência de qualidade e a aplicação de sanções, uma vez que a apuração do SLA deixaria de ser baseada em um único domínio de responsabilidade técnica.

15.1.3. Também não se mostra tecnicamente adequado parcelar a contratação quando se considera a necessidade de padronização de segurança e monitoramento. A solução proposta prevê plataforma única de acompanhamento, metodologia padronizada de aferição e possibilidade de auditoria independente, o que exige uniformidade de coleta, registros comparáveis e correlação centralizada de eventos. A fragmentação por fornecedores resultaria em múltiplas plataformas, métodos e registros, reduzindo a rastreabilidade, dificultando a consolidação de indicadores e enfraquecendo o controle de segurança digital, especialmente em um ambiente municipal com grande capilaridade e criticidade de serviços.

15.1.4. Diante disso, conclui-se que o não parcelamento não é apenas uma escolha administrativa, mas uma consequência direta da inviabilidade técnica de se obter uma rede corporativa única, padronizada e fiscalizável quando o objeto é fracionado entre prestadores. Assim, a contratação deve ser estruturada de forma integrada, com um único fornecedor responsável por garantir a interligação entre unidades, a qualidade do tráfego, a disponibilidade, o monitoramento e o atendimento aos SLAs, preservando a continuidade do serviço público e a efetividade da fiscalização.

16. DA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Não.



17. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. Não se aplica.

18. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Não se aplica, devido ultrapassar o limite de valor legal para tal benefício, e não aplica a divisão em cota por não se tratar de objeto de natureza divisível.

19. DA VISTORIA

19.1. Os interessados poderão também visitar o itinerário onde serão instalados os pontos de internet (conforme mapa em link item 8.2.40 deste TR) e, após, emitir declaração de vistoria do local ou declaração de dispensa de vistoria e de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;

19.2. A visita deverá ser realizada por intermédio de representante legal do licitante e/ou preposto e por representante da Prefeitura, igualmente habilitado, que assinarão a Declaração, conforme modelo anexo ao Edital, a qual deverá constar junto aos documentos de habilitação;

19.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto, tampouco poderão o fazer em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços relativos à execução;

19.4. Mais informações sobre a visita aos locais da obra e agendamento pelos telefones (42) 3080-1782 - Ramais: 8040 e 9999, Whatsapp 42 93505-1919, no Departamento de TI;

19.5. Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

19.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo;

20.2. Apresentação no momento da habilitação de Certidão de Registro da empresa e do profissional indicado como responsável técnico junto à Unidade competente do Conselho Regional de



Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) a que estiverem vinculados;

20.3. Comprovação de que a participante possui em seu corpo técnico para atuar como responsável técnico pelo serviço, na data da abertura das propostas, profissional(is) de nível superior reconhecido(s) pela unidade competente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), (através de registro em carteira, ficha de registro, contrato ou outro instrumento);

20.4. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização dos serviços poderão vir a serem substituídos por outros com igual qualificação profissional, desde que devidamente autorizado pela Administração Municipal;

20.5. É vedada a indicação do mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa participante;

20.6. Cópia de concessão ou termo de autorização para prestação de serviços de comunicação Multimídia (SCM) expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel, nos termos da Lei Nº 9.472/97 e da Resolução Nº 614/2013 da própria Anatel;

20.7. Antes da homologação, a VENCEDORA do certame terá 30 dias corridos para apresentação da autorização de uso compartilhado de postes da rede de distribuição aérea de energia elétrica no Município de Prudentópolis (COPEL), para atendimento de 100% dos locais de Fibra Óptica. Tal comprovação se dará por meio de apresentação, anuência e todos os projetos que contemplem o atendimento. Deve ser apresentado também KML de toda a rede. Conforme previsão do artigo 14º da Resolução Normativa Aneel Nº 1.044, de 27 de setembro de 2022, o detentor dos postes pode retirar cabos, fios, cordoalhas ou equipamentos de sua infraestrutura sem prévia autorização quando constatar ocupação clandestina. Vale a pena ressaltar que o serviço será prestado em favor de todas as estruturas das instituições públicas municipais, as quais dependerão exclusiva e unicamente deste para se conectarem com a internet e prestarem serviços essenciais aos cidadãos;

20.8. Ocorrendo a não apresentação no prazo estabelecido a empresa será automaticamente desclassificada;

20.9. O prazo não será prorrogado sob nenhuma justificativa, caso a licitante já possua previamente a autorização tal documento poderá ser apresentado junto a habilitação.

21. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

21.1. A contratação de conectividade corporativa gerenciada pode gerar impactos socioambientais principalmente relacionados à implantação e manutenção de nova infraestrutura física, incluindo

passagem de cabos, instalação de caixas e equipamentos, intervenções pontuais em edificações públicas e utilização de infraestrutura aérea existente (postes e ancoragens), além do consumo de energia dos equipamentos instalados e da geração de resíduos decorrentes de embalagens, sobras de materiais e substituições de componentes ao longo da vigência. Em termos sociais, podem ocorrer impactos temporários na rotina das unidades durante instalações e manutenções, bem como riscos associados a intervenções externas e trabalhos em altura, exigindo planejamento e controle para evitar interferências no atendimento ao cidadão e garantir segurança.

21.2. Como medidas mitigadoras, deverá ser exigido que a CONTRATADA realize planejamento e execução organizada das implantações, com comunicação prévia às unidades, definição de janelas de serviço e adoção de procedimentos que minimizem interrupções e impactos no funcionamento dos serviços públicos. Também deverá cumprir integralmente normas e boas práticas de segurança do trabalho, com uso de EPIs, sinalização e isolamento de áreas, controle de riscos, e responsabilização por eventuais danos a bens públicos ou a terceiros, incluindo intervenções em postes e trechos externos. No aspecto ambiental, a CONTRATADA deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados, especialmente resíduos eletrônicos, cabos, baterias, fontes e embalagens, por meio de operadores licenciados quando aplicável, além de adotar equipamentos e configurações com eficiência energética e manutenção preventiva, reduzindo desperdícios e substituições desnecessárias. Dessa forma, os impactos previstos permanecem controláveis e compatíveis com a finalidade pública da contratação.

22. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA

22.1. Não se aplica, visto que o processo não apresenta análise de risco.

23. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

23.1. Não se aplica.

24. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

24.1. O recebimento e a aceitação ocorrerão mediante verificação da implantação/ativação dos pontos, validação técnica de conectividade, monitoramento e cumprimento dos requisitos e SLAs previstos no Termo de Referência, com registro e aceite pela fiscalização do contrato.

24.2. Para fins de verificação de conectividade efetiva, o ponto será considerado disponível quando houver sucesso em testes de conectividade definidos pela CONTRATANTE, contemplando, no mínimo, (i) conectividade com o gateway/primeiro salto do serviço e (ii) conectividade com ao



menos 2 (dois) de 3 (três) destinos de referência externos previamente definidos no aceite inicial, por ICMP e/ou TCP 443. Caso a CONTRATADA restrinja ICMP, deverá obrigatoriamente disponibilizar método alternativo de verificação (TCP 443) sem prejuízo do monitoramento.

26. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

26.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021, podendo chegar a 10 (dez) anos.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT, além dos documentos abaixo:

- I.** Apresentar guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação de serviço, com comprovante de pagamento;
- II.** Apresentar mensalmente as GFIPs/SEFIPs segregada para o tomador dos serviços, em nome do Município de Prudentópolis, com a relação de empregados referente ao mês anterior da execução dos serviços;
- III.** Apresentar comprovação de pagamento dos salários dos empregados relacionados na prestação de serviços do mês anterior;

27.2. Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

- I.** Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.
- II.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência do respectivo contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- III.** Respeitado os prazos para o contraditório e a ampla defesa, as multas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da



penalidade.

27.3. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do Contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

I. O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do Contrato;

II. Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

27.4. A Contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em Contrato;

27.5. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal de Contrato;

I. A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal de Contrato;

27.6. O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos casos de:

a) execução em desacordo com o avençado;

b) existência de débito de qualquer natureza com o Município;

c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas no Contrato;

27.7. A proponente vencedora deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do Contrato (***Pregão Eletrônico nº 000/0000 e Contrato nº 000/0000***);

27.8. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I. Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400-000

27.9. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I. Os tributos a serem retidos pelo Município:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;



b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações;

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023;

II. O MUNICÍPIO deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e do Contrato;

27.10. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da Contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

28. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

28.1 Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação documental da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

28.2 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

28.3 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IPCA.

28.4 Para as despesas com mão de obra e as delas decorrentes será concedida repactuação, a partir da data de protocolo da contratada, dos acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

28.4.1 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, a contar do novo acordo coletivo, dissídio ou convenção vigente na abrangência territorial do município.



28.4.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de concessão da última repactuação.

28.4.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

28.4.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

28.4.5. A repactuação fica condicionada a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

28.4.6. O contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

28.4.7. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

28.4.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

28.4.9. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

29. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

29.1. A **fiscalização** do Contrato ficará a cargo do servidor, Sr. **Selmo Andrei Bobato e Luis Fernando Kauê Prokorinyak**, os quais terão, entre outras, as atribuições abaixo.

29.2. A **gestão** do contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração **Sr. Luiz Carlos Mendes Ferreira Junior**;

I) Ler minuciosamente a Ata de Registro de Preços, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II) Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

III) Anotar em documento próprio as ocorrências;

IV) Determinar a correção de falhas ou defeitos;

V) Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;



VI) Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

29.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

29.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

29.5. Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o Contratante notificará a Contratada para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

29.6. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

29.7. As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

29.8. Ficam os Fiscais e os Gestor do Contrato cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

30.1. A contratante obriga-se a:

30.1.1. Exigir da Contratada o fiel cumprimento do Edital e Contrato;

30.1.2. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos no Contrato;

30.1.3. Atestar a execução dos serviços, notificando a Contratada quando verificado algum problema;

30.1.4. Solicitar a correção de serviços que esteja em desacordo com a especificação ou terem sido realizados de forma incompleta;

30.1.5. Notificar por escrito ao proponente vencedor, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

30.1.6. Aplicar penalidades à Contratada, por descumprimento das condições estabelecidas no Contrato.

30.1.7. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido no Contrato.



31. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

31.1. A Contratada obriga-se a:

31.1.1. Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital, Contrato e proposta, sem custos adicionais;

31.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

31.1.3. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

31.1.4. Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Contratada, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

31.1.5. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

31.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas em Contrato, salvo com autorização expressa da Contratante.

31.1.7. Executar os objetos sempre que solicitados, observando o disposto no edital e contrato, primando pela qualidade e eficiência;

31.1.8. Cumprir integral e fielmente todas as demais exigências, condições, requisitos técnicos, níveis de serviço (SLA), parâmetros de qualidade, procedimentos de monitoramento, prazos, formas de comprovação e demais disposições previstas neste documento e em seus anexos, bem como aquelas que vierem a ser formalmente pactuadas no instrumento contratual. O não atendimento a quaisquer dessas exigências será caracterizado como descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às medidas corretivas, glosas e sanções cabíveis, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação vigente;

31.1.9. A CONTRATADA deve disponibilizar acesso administrativo aos equipamentos em todas as pontas aos técnicos da prefeitura para gestão de toda a rede;

31.1.10. As despesas de deslocamento até o local do reparo dos técnicos, bem como veículos, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA.

32. DAS SANÇÕES

32.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

32.2. Será aplicada a pena de Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido a Contratada, sendo elas:

- a) atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data apazada na “Ordem de Início dos Serviços”;
- b) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- c) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
- f) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

32.3. Será aplicada multas nos seguintes casos:

32.3.1. Apurada indisponibilidade de qualquer ponto/unidade, conforme metodologia validada e registros do sistema de monitoramento, será aplicada glosa proporcional sobre o valor mensal correspondente ao ponto afetado, calculada pela razão entre o tempo total de indisponibilidade no mês e o tempo total do mês, conforme fórmula: $\text{Glosa do Ponto} = \text{Valor Mensal do Ponto} \times (\text{Minutos Indisponíveis} / \text{Minutos do Mês})$. As interrupções decorrentes de manutenção programada somente serão excluídas do cálculo quando previamente autorizadas e registradas pela CONTRATANTE, nos termos das cláusulas de manutenção.

32.3.2. Caracterizada degradação do serviço por descumprimento dos parâmetros mínimos de qualidade (latência, jitter, perda de pacotes, saturação recorrente ou violação de p95/p99), conforme



metodologia e medições registradas, será aplicada penalidade compensatória, independentemente de indisponibilidade total, equivalente a 5% do valor mensal do ponto no mês de apuração, por parâmetro violado, limitada ao máximo de 20% do valor mensal do ponto no mês. A reincidência de degradação no mesmo ponto por 2 (dois) meses consecutivos ou por 3 (três) meses alternados em 12 meses autoriza a CONTRATANTE a exigir correção estrutural (upgrade/correção de enlace/equipamento) em prazo definido pela fiscalização, sob pena de aplicação de penalidades adicionais e demais sanções cabíveis.

32.3.3. O não fornecimento, a indisponibilidade do portal de monitoramento, a omissão de dados, ou a recusa injustificada em disponibilizar evidências (registros históricos, relatórios mensais, logs operacionais ou informações técnicas necessárias à auditoria), bem como divergências não justificadas tecnicamente em prazo razoável, caracterizam descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA à multa de 2% do valor mensal global por ocorrência, além de obrigação de regularização imediata.

32.3.4. O atraso injustificado no cumprimento dos prazos de implantação/ativação e início da prestação dos serviços, conforme cronograma aprovado, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 1% (um por cento) do valor total adjudicado por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

32.3.4.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, incluindo eventos climáticos, deverá ser formalmente comunicada e comprovada pela CONTRATADA, mediante relatório técnico circunstanciado e evidências objetivas, para fins de análise pela CONTRATANTE. Reconhecida a ocorrência pela Administração, poderá ser concedida prorrogação do prazo de implantação/ativação pelo período estritamente necessário, por meio de decisão formal da CONTRATANTE, sem aplicação de multa durante o período prorrogado.

32.3.4.2. Ultrapassado o prazo total de 20 (vinte) dias corridos de atraso, ainda que decorrente de evento climático ou outra causa superveniente, e verificada a inviabilidade ou o prejuízo à continuidade do serviço público, poderá a CONTRATANTE, a seu critério, promover a rescisão contratual, aplicando-se as penalidades cabíveis quando caracterizada culpa da CONTRATADA, sem prejuízo do registro do ocorrido e das demais medidas administrativas pertinentes.

32.4. No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria de Finanças, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.



32.5. Acima de 30 infrações num semestre, poderá ensejar a rescisão contratual, o qual deverá ser precedido de processo administrativo.

32.6. A adjudicatária arcará com a multa indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, quando:

32.6.1 Desistir do objeto contratado, recusando-se a assinar o contrato de prestação de serviço;

32.6.2 Não apresentação de condições/documentos indispensáveis à formalização do Contrato, decaindo do direito de contratação;

32.6.3 Rescindir, sem justificativa, o contrato de prestação de serviço objeto da presente licitação.

32.7. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada das notas fiscais/faturas ou cobrada judicial ou extrajudicialmente, a critério da Administração.

32.8. Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com fulcro no artigo 156, § 4º e 5º da Lei 14.133/2021, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

32.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

32.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

32.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

32.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;



- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

33. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

33.1. Os licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratado;

33.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

33.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

33.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

33.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

33.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

33.2.5. “prática obstrutiva”: **(I)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; **(II)** atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

33.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,



coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

33.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

34. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

34.1. Conforme indicação do Departamento de Contabilidade.

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. O Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura de Prudentópolis, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas no Edital, bem como das medidas legais cabíveis;

35.3. Situações não relacionadas neste Termo de Referência serão avaliadas observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

36. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

36.1. O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações, declara que leu, conhece e aprova integralmente o presente Termo de Referência.

Prudentópolis, 05 de maio de 2026.



ANEXO II
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

AO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90081/2026

Declaramos que o Sr (a). *[inserir o nome completo]*, inscrito (a) no CPF sob o nº *[inserir o número]*, representante da empresa proponente *[inserir o nome da proponente]*, encontra-se devidamente credenciado (a) e **VISITOU** o itinerário onde serão instalados os pontos de internet, objeto do Pregão Eletrônico em epígrafe.

....., de de 2026.

Responsável pelo Município

Nome

CPF nº



Responsável pela Proponente

Nome

CPF nº

ANEXO II.1

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

AO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90081/2026

A empresa *[inserir o nome da proponente]*, inscrita no CNPJ sob o nº *[inserir o número]*, com sede na cidade de, Estado de, situada à Rua, nº, CEP, telefone (.....), e-mail, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) *[inserir nome completo]*, inscrito (a) no CPF sob o nº *[inserir número]*, **DECLARA**, para fins de participação nesta licitação, que:

Tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições dos locais, onde serão instalados os pontos de internet, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

..... de de 2026.

Responsável pela Proponente



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Nome

CPF nº



ANEXO III

MODELO PROPOSTA

Dados da Empresa:	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura do contrato, número de telefone, fixo e/ou celular)				
Dados para Pagamento:	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)				
Lote/Item	Descrição Marca Fabricante Modelo	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total da Proposta					R\$

Validade da proposta:

Valor máximo por extenso:

Prazo de Entrega:

Local e data.

(assinatura do responsável)



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº-----/2026

Contrato firmado entre o Município de Prudentópolis e ----- conforme licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90081/2026.

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Adelmo Luiz Klosowski, brasileiro, casado, portador de RG nº 1.462.650-6/Pr e inscrito no CPF sob nº 411.324.249-68, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 640, nesta cidade, doravante neste instrumento contratual denominada CONTRATANTE; e de outro lado

_____, denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 90081/2026**, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de conectividade corporativa gerenciada, em regime de prestação continuada, contemplando acesso à internet e interligação entre os pontos da Prefeitura Municipal de Prudentópolis por rede privada da prestadora (LAN/WAN), com fornecimento de equipamentos em comodato, implantação/ativação sem custos adicionais, plataforma de monitoramento, suporte técnico e níveis de serviço (SLA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

§1º A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Contratada o valor de **R\$** (.....), discriminado da seguinte forma:



XX

§2º No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico sob o número 90081/2026, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigente relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

- I) Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II) Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III) Proposta da Contratada e seus anexos.
- IV) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

§1º Este Contrato, terá a **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

§2º O Contrato poderá ser prorrogado conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021, podendo chegar a 10 (dez) anos.

I) A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



§2º A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

D) A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

§1º Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação documental da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

§2º O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

§3º No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IPCA.

§4º Para as despesas com mão de obra e as delas decorrentes será concedida repactuação, a partir da data de protocolo da contratada, dos acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

a. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, a contar do novo acordo coletivo, dissídio ou convenção vigente na abrangência territorial do município.

b. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de concessão da última repactuação.

c. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de



preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

d. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

e. A repactuação fica condicionada a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

f. O contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

g. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

h. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

i. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

§7º A alteração dos preços será realizada por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

§1º DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

I) A conexão deverá ser entregue utilizando tecnologia de fibra óptica, podendo ser entregue com conexão via cabo ou drop de uma ou duas vias, ou via rádio nos locais onde está indicado a possibilidade de ser via rádio;

II) A conexão dos pontos rurais deverá ser entregue usando tecnologias igual ou similares ao item anterior, com garantia da integração de TRANSPORTE com a rede urbana;

III) A Prestadora deverá configurar o seu sistema de transmissão de modo que os pacotes sejam enviados entre as Unidades de Interesse Municipal sem a necessidade de roteamento no ponto principal - “Concentrador” para isto a comunicação deverá ser feita em Layer2 separando o tráfego de cada unidade via VLAN;

IV) Em nenhuma hipótese será possível ser utilizado VPN para a interconexão dos pontos;

IV) Prover obrigatoriamente 2 (dois) canais de comunicação com rotas diferentes entre a sede da Prefeitura Municipal de Prudentópolis e as instalações da PRESTADORA, através de enlace terrestre



em fibra-ótica, sendo um canal principal e outro como redundância, (um acesso assume automaticamente na falha do outro) por um único range de IP's fornecido pela contratada;

VI) O mecanismo de redundância deverá permitir failover automático e deverá ser testado na ativação e periodicamente, mediante janela acordada, com evidência técnica (logs/relatório) disponibilizada à fiscalização;

VII) As ligações entre Prefeitura e PRESTADORA devem ser realizadas em equipamentos em portas de no mínimo 10Gbps e os equipamentos devem suportar um throughput superior a 100Gbps;

VIII) Os equipamentos necessários para a intercomunicação entre PRESTADOR e PREFEITURA devem ser fornecidos em comodato e devem ser de nível EMPRESARIAL de ALTA EFICIÊNCIA.

IX) Disponibilizar link com a internet de 2Gbps dedicados, bandas simétricas, no concentrador;

a. A PRESTADORA deve possuir conexão direta, com no mínimo 02 (dois) backbones de Internet de abrangência nacional (em no mínimo 80% das UF). A banda disponível nestas conexões deve ser suficiente para comportar o tráfego demandado pelo Município de Prudentópolis sem que haja saturação nos enlaces da PRESTADORA. Tal verificação será via ASN da licitante vencedora;

X) As conexões de transporte dos pontos de fibra, deverá possuir a velocidade mínima do transporte de 1Gbps (simétrica) em cada ponta, a velocidade de cada ponto será controlada pelo departamento de TI com base em necessidade de cada local;

XI) As conexões de transporte dos pontos de via rádio, deverá possuir a velocidade mínima do transporte de 100 Mbps (simétrica) em cada local.

XII) As conexões dos pontos deverão ser providas por equipamentos finais (CPE) ONT, modem e/ou roteadores conforme as especificações detalhadas em item específico, sem qualquer processamento da conexão (com exceção do protocolo ou tecnologia de conexão), podendo ser entregue utilizando conexão via cordão de fibra ou cabo UTP para conexão no firewall, roteador, switch ou concentrador da prefeitura em cada ponto, devem conter 2 portas LAN e suportarem no mínimo 2 VLANS em cada ponto.

XIII) Os equipamentos da operadora devem ser de nível empresarial, não podendo ser utilizado equipamento residencial.

XIV) Para o concentrador deverá ser fornecido bloco de endereços /29 IPv4, sendo cinco IPs úteis, públicos, fixos e sem restrições, não podendo constar em listas de bloqueio, e devendo ser destinados a uso corporativo, e associados a região onde a conexão será entregue (geolocalização).



- XV)** Deverá ser fornecido bloco de IPv6, com prefixo /48 ou 52, sem restrições, não podendo constar em listas de bloqueio, e devendo ser destinados a uso corporativo, sendo entregues utilizando tecnologia SLAAC, DHCPv6 ou equivalente.
- XVI)** A conexão deverá ser entregue com a autenticação e/ou recebimento dos IPs públicos diretamente no firewall, switch ou concentrador da prefeitura.
- XVII)** A CONTRATADA não poderá impor bloqueios, filtros, proxies transparentes, limitação por porta/protocolo ou qualquer forma de restrição arbitrária ao tráfego IP (IPv4 e IPv6), inclusive TCP, UDP e ICMP, garantindo transporte transparente dos protocolos necessários às operações do Município (inclusive integrações, APIs, videomonitoramento e comunicação entre unidades). Exceções somente por determinação legal, mitigação de incidentes de segurança devidamente justificada (ex.: ataques), ou por solicitação formal da CONTRATANTE, com registro e comunicação ao fiscal;
- XVIII)** A conexão deverá ser simétrica em ambos os dados de entrada e saída da conexão.
- XIX)** Deverá ser garantida cem por cento da banda contratada por todo o tempo de contrato.
- XX)** Deverá ser garantido SLA conforme quadro em item específico.
- XXI)** A execução dos serviços deverá seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como as normas, locais, estaduais e federais pertinentes.
- XXII)** Os links de transporte deverão ser capazes de transportar VLANs (802.1Q) e/ou transporte L2.
- XXIII)** Os equipamentos ofertados para atender aos serviços a serem prestados deverão ser novos e distribuídos através de canais credenciados do fabricante no Brasil, respeitando a padronização já especificada, assim como certificados pela Anatel, ou mantidos os atuais equipamentos, caso a contratada seja a atual fornecedora dos serviços, desde que os itens estejam em bom estado de funcionamento.
- XXIV)** Não poderão ser ofertados e instalados equipamentos descontinuados ou em previsão de descontinuidade das linhas normais de produção (fabricação e/ou montagem) do fabricante. A empresa deverá apresentar o certificado de homologação da Anatel, ou apresentar comprovação de dispensa.
- XXV)** Não será permitida a subcontratação nas Unidades de Interesse Municipal previstas;
- XXVI)** A CONTRATANTE definirá, junto a CONTRATADA a metodologia lógica da rede, configurações, faixas de endereçamento IP e demais aspectos técnicos.



XXVII) Acessos de Transporte disponibilizados pela CONTRATADA, não poderão ser compartilhados com nenhum outro cliente da CONTRATADA e deverão ser capazes de absorver 100% do tráfego referente às velocidades contratadas, com a garantia de qualidade de serviços mínima exigida.

XXVIII) A CONTRATADA deverá manter sigilo das informações trafegadas e não realizar inspeção de conteúdo para fins alheios ao contrato. É permitida e exigida a coleta de metadados e estatísticas técnicas necessárias à operação, segurança, auditoria e comprovação de SLA, disponibilizando tais registros à CONTRATANTE quando solicitados pelo fiscal, resguardada a legislação aplicável.

XXIX) A CONTRATADA deverá possuir equipe de manutenção fixa no município devido na mesma rede estar conectado sistema de videomonitoramento integrado o qual em momento de falta de conexão deve ser corrigido o mais rápido possível.

XXX) Todos os dispositivos, acessórios, materiais, ferramentas e equipamentos essenciais ou complementares a execução dos serviços, são de responsabilidade da CONTRATADA.

XXXI) É obrigatório a CONTRATADA possuir concentrador e autenticação localizado geograficamente em data center, próprio da CONTRATADA no município.

XXXII) Todos os custos relacionados com a prestação dos serviços, incluso o fornecimento de equipamentos e materiais, bem como os encargos sociais, ficarão por conta do contratado.

XXXIII) O serviço contratado deverá permitir incorporações, modificações ou ampliações sem que estas impliquem a interrupção do restante das conexões do Município.

XXXIV) Todos os equipamentos devem ser instalados e colocados em plena operação, pelo fornecedor de acordo com o plano de implementação proposto e devidamente aprovado pelo fiscal responsável.

XXXV) A Contratada deverá fornecer uniforme e crachá de identificação aos seus funcionários e responder pela idoneidade moral, apresentação pessoal e comportamento cordial destes, no ambiente da Contratante.

XXXVI) Qualquer intervenção que, para o seu desenvolvimento seja necessária à paralisação do equipamento, deverá ser prévia e oficialmente comunicada com vistas à autorização da Contratante. O prazo para tal comunicação será acordado entre a Contratada e a Contratante.

XXXVII) Nenhuma mudança, chamado ou intervenção deverá ser realizado pela CONTRATADA sem o conhecimento do setor de Tecnologia, sendo este sempre informado de qualquer chamado a ser atendido.



XXXVIII) A homologação da instalação de radiocomunicação instalada junto a Anatel é totalmente de responsabilidade da contratada.

XXXIX) O equipamento instalado no ponto remoto deve ter acesso de gerenciamento garantido a equipe do Departamento de TI.

XL) As instalações dos pontos de conexão da área urbana e rural deverão ser instaladas nos locais definidos, que podem ter sua localização/endereço consultada como destacados no mapa disponível em <https://prudentopolis.pr.gov.br/locais>. No presente mapa os pontos de CAMERAS de segurança municipal não estão demarcados, devido a segurança URBANA. Para obtenção dos pontos deve-se ser solicitado via e-mail: informatica@prudentopolis.pr.gov.br.

XLI) Todos os custos de instalação e ativação são por conta da CONTRATADA.

XLII) A Prestadora deverá fornecer acesso ao roteador através de protocolo SNMP (comunidade publica) para o monitoramento das “interfaces” que compõem a rede do Município. Assim, o Departamento da Tecnologia da Informação do Município deverá monitorar em tempo real a utilização de seus links, via software MRTG ou Similar a ferramenta deverá ser fornecida pela PRESTADORA;

XLIII) A CONTRATADA não poderá empregar CGNAT para os endereços IP públicos fornecidos ao Município, devendo assegurar endereçamento público fixo e roteável. Deve também garantir MTU compatível com operação corporativa, informando o valor efetivo e assegurando estabilidade do parâmetro.

XLIV) Para as unidades de interesse municipal que serão atendidas via rádio, a prestadora deverá disponibilizar infraestrutura de torre com redundância de energia nobreak ou gerador com autonomia mínima de 12 horas, sistema para raio, com Anotação de Responsabilidade Técnica registrada no órgão competente, viabilidade comprovada via projeção de estudo de 100% do fresnel desobstruído e rádios devidamente licenciados nas frequências conforme autorização da ANATEL desde que atingindo a velocidade mínima indicada.

XLV) Não será permitido contratação de terceiro para entrega de última milha.

XLVI) Nos preços praticados pela Prestadora deverão estar contemplados todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo: aluguel dos meios de transmissão, roteadores, porta, acesso, demais equipamentos, despesas com manutenção necessárias para disponibilizar os serviços. A empresa poderá verificar as instalações do Município previamente, mediante agendamento, objetivando o levantamento de dados visando a elaboração de proposta;



XLVII) A Prestadora será responsável pelos serviços de configuração até a porta LAN de seus roteadores CPE de forma a garantir o nível dos serviços contratados, sendo o seu limite de atuação;

XLVIII) Para todos os locais iniciais indicados a CONTRATANTE fornecerá energia disponível;

XLIX) A CONTRATANTE em qualquer momento poderá solicitar a instalação dos pontos extras em quaisquer locais do município;

L) Para locais de instalações futuras poderá ocorrer necessidade de a CONTRATADA ter que instalar sistema de energia solar com bateria, visto que poderá ocorrer necessidade de instalação de pontos para câmeras em pontos estratégicos.

LI) O objeto da licitação não poderá ser entregue aproveitando a última milha (trecho final até os prédios da prefeitura), de outra conexão já existente, como fibras usadas ou não usadas de outra operadora, sendo necessário que a instalação seja completamente independente dos demais links que possam estar instalados nas dependências da prefeitura, ou infraestrutura de empresas terceiras.

LII) A contratação será realizada na modalidade de prestação continuada, com remuneração exclusivamente por mensalidade, devendo a CONTRATADA considerar, no valor mensal proposto, todos os custos necessários à implantação e operação do serviço, incluindo, mas não se limitando, a levantamento técnico, projeto, ativação, instalação, materiais, equipamentos em comodato (CPEs e demais componentes), configurações, testes, deslocamentos, visitas técnicas, manutenção corretiva e preventiva, bem como suporte e monitoramento. Não será admitida cobrança de taxa de instalação, ativação, adesão, visita técnica ou qualquer valor adicional à mensalidade, salvo por demanda extraordinária formalmente solicitada pela CONTRATANTE e previamente autorizada, com justificativa e orçamento específico.

LIII) Sempre que houver necessidade de alteração de endereço (mudança de local) de qualquer ponto/unidade atendida, por reorganização administrativa, mudança de prédio ou necessidade operacional da Prefeitura, a CONTRATADA deverá realizar a realocação/transferência do ponto de conexão, incluindo desinstalação, reinstalação, reconfiguração e testes, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, mantendo os requisitos mínimos de qualidade, disponibilidade, segurança e monitoramento previstos. O prazo para execução da alteração de endereço será pactuado entre as partes, mediante solicitação formal da CONTRATANTE e apresentação do plano de atendimento pela CONTRATADA, observada a viabilidade técnica do novo local e a continuidade do serviço, devendo a CONTRATADA adotar medidas para minimizar indisponibilidades durante a transição.



§2º LOCAIS COM WIFI PÚBLICOS

I) Em todos os pontos a CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários em comodato;

II) Nos locais que são necessários instalação de Pontos de Acesso de Wifi Público São:

a. Monumento Salto São João.

b. Monumento Salto Barão do Rio Branco.

III) Todos os locais necessitam conter sistema de Hotspot com auto cadastro, geração de relatórios de acesso 100% cloud respeitando o Marco Civil da Internet e LGPD;

IV) No local denominado MONUMENTO, a PRESTADORA deverá alocar Pontos de Acesso público no Mirante 1, Mirante Cachoeira, Casa de Guarda e recepção;

a. Para transmitir o sinal até Mirante Cachoeira, será necessário a realização e um PTP e instalação de placas solares e bateria suficiente a manter a operação contínua.

V) No local denominado Salto Barão do Rio Branco é necessário instalação no mirante com sistema de placa solar e bateria, e na recepção.

VI) Todos os pontos de acesso devem ser equipamentos homologados pela ANATEL, e ter suporte mínimo de 300 pessoas simultâneos;

VII) A PRESTADORA deverá entregar todos os equipamentos conectados na controladora já existente do município.

§3º DOS PRAZOS E SLA

I) Em caso de reparos de manutenção corretiva, o tempo máximo de resolução do problema deve ser feito em até 4 (quatro) horas após o registro do chamado pela CONTRATANTE.

a. No caso de impossibilidade de manutenção por falta de peças ou outro motivo de força maior, o problema deve ser especificado por meio de laudo técnico emitido pela contratada, o qual após analisado por profissional da prefeitura poderá ou não ser aceito.

II) Problemas de desempenho, e indisponibilidade ou instabilidade de rotas deverão ser corrigidos em até vinte e quatro horas.

a. No caso de impossibilidade da manutenção por falta de peças ou outro motivo de força maior, o problema deve ser especificado por meio de laudo técnico emitido pela contratada, o qual após analisado por profissional do setor de Tecnologia da prefeitura, poderá ou não ser aceito.



- III)** A PRESTADORA deverá disponibilizar Central de Atendimento com suporte técnico 24h por dia, devendo informar o procedimento para abertura de chamado técnico;
- IV)** Todos os chamados técnicos deverão ter um atendimento inicial de no máximo 10 (dez) minutos e 30 (trinta) minutos para um primeiro diagnóstico;
- V)** Todos os chamados técnicos deverão ser registrados devendo ser fornecido no momento do atendimento um identificador para posterior localização do chamado;
- VI)** Todos os serviços contratados, incluindo o atendimento técnico, devem estar disponíveis no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por todo o período do contrato. Caso haja necessidade de interrupção dos serviços, inclusive em função de mudança de tecnologia, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Havendo a autorização da referida interrupção, o referido serviço não será considerado indisponível durante o período indicado. Entretanto, caso a CONTRATADA exceda o período previsto, o referido serviço será considerado indisponível no tempo excedente.
- VII)** O serviço contratado será considerado disponível desde que esteja plenamente funcional e operacional, atendendo a todas as Especificações Técnicas referentes ao respectivo serviço. Entretanto, o serviço não será considerado indisponível em razão de fatos que estejam sob a responsabilidade da CONTRATANTE.
- VIII)** A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, plataforma de monitoramento e gestão do serviço (portal ou sistema equivalente) que permita à CONTRATANTE acompanhar, em tempo real e em histórico, a disponibilidade, utilização de banda, latência, jitter e perda de pacotes por ponto, bem como gerar relatórios mensais de SLA. As métricas deverão ser apuradas com base em metodologia transparente, incluindo a apresentação de percentis (p95 e p99), de modo a refletir a qualidade efetiva do serviço ao longo do período. A plataforma deverá permitir exportação de relatórios (PDF/CSV) e consulta por período, ponto e evento de indisponibilidade. Adicionalmente, a CONTRATADA deverá permitir e cooperar com o monitoramento independente realizado pela CONTRATANTE, fornecendo os parâmetros técnicos necessários e liberando acesso a informações (ex.: SNMP seguro e logs operacionais), de forma a viabilizar auditoria e fiscalização contratual.
- IX)** A plataforma deverá permitir configuração de alertas e notificações automáticas (e-mail e/ou aplicativo/mensageria) para eventos de indisponibilidade, degradação de desempenho (ex.: aumento de latência, jitter, perda de pacotes) e saturação de link, possibilitando parametrização por ponto/unidade, horários e criticidade, bem como registro do evento e do horário de início e normalização.



X) Os parâmetros mínimos de qualidade entre cada unidade e o concentrador municipal deverão ser apurados mensalmente por percentis (p95 e p99), com base em medições contínuas, observada a metodologia validada.

a. Para enlaces em fibra, deverão ser atendidos, no mínimo: latência (RTT) $p95 \leq 5$ ms e $p99 \leq 10$ ms, jitter $p95 \leq 2$ ms e perda de pacotes média mensal $\leq 0,2\%$.

b. Para enlaces em rádio, deverão ser atendidos, no mínimo: latência (RTT) $p95 \leq 30$ ms e $p99 \leq 45$ ms, jitter $p95 \leq 10$ ms e perda de pacotes média mensal $\leq 0,8\%$.

XI) O não atendimento dos parâmetros caracterizará degradação de serviço para fins de correção e apuração do SLA.

XII) A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mínima mensal do serviço por ponto de, no mínimo, 99,5%, apurada conforme metodologia validada, com base no tempo de conectividade efetiva ('UP') no período, desconsideradas apenas as janelas de manutenção previamente autorizadas e registradas. Para o ponto concentrador municipal (core) e demais pontos classificados como críticos pela CONTRATANTE, a disponibilidade mínima mensal deverá ser de, no mínimo, 99,7%, observados os mesmos critérios de apuração. As métricas de desempenho (latência, jitter e perda de pacotes) serão apuradas separadamente por percentis (p95 e p99), conforme itens específicos.

XIII) A CONTRATADA deverá manter histórico mínimo de medições e eventos por período não inferior a 12 (doze) meses, garantindo integridade, rastreabilidade e carimbo de data/hora (timezone oficial do Município) dos registros. Os relatórios deverão identificar claramente o ponto/unidade, o período, a métrica aferida e os critérios de apuração utilizados.

XIV) A CONTRATADA deverá fornecer documentação técnica da metodologia de aferição (frequência de coleta, alvos de teste, forma de cálculo de disponibilidade e percentis p95/p99, tratamento de janelas de manutenção autorizadas e critérios para caracterização de indisponibilidade), a qual será submetida à validação da CONTRATANTE no aceite inicial e utilizada como referência para apuração do SLA.

XV) O acesso à plataforma deverá ocorrer por conexão segura (HTTPS), com perfis de acesso (RBAC) e autenticação por usuários individualizados, permitindo auditoria de acessos. A plataforma deverá disponibilizar, além de exportação em PDF/CSV, mecanismos de integração (API e/ou exportações programadas) para consumo dos dados pela CONTRATANTE, quando solicitado.

XVI) Na hipótese de divergência entre medições da plataforma da CONTRATADA e as medições independentes da CONTRATANTE, as partes deverão realizar análise conjunta dos registros e evidências técnicas (logs, gráficos e histórico). Persistindo a divergência, deverá prevalecer o critério



mais conservador à Administração para fins de apuração do SLA, até conclusão técnica formal documentada e aceita pela fiscalização.

XVII) O prazo para instalação total dos pontos não poderá exceder 60 dias corridos após autorização e início;

XVIII) Para a instalação dos equipamentos em comodato (Pontos de Acessos) serão de até 30 dias após a finalização de todos os pontos nos locais de interesse do município.

XIX) Para fins de apuração do SLA, considera-se indisponibilidade a condição em que o ponto não entrega conectividade efetiva, caracterizada por falha de acesso aos serviços essenciais definidos pela CONTRATANTE, ainda que haja enlace físico ativo. Considera-se degradação de serviço a condição em que o ponto permanece acessível, porém apresenta desempenho abaixo dos parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos, causando impacto operacional às atividades do Município. A caracterização e apuração deverão observar a metodologia documentada e validada, utilizando medições contínuas e registros históricos.

XX) Para fins de verificação de conectividade efetiva, o ponto será considerado disponível quando houver sucesso em testes de conectividade definidos pela CONTRATANTE, contemplando, no mínimo, **(i)** conectividade com o gateway/primeiro salto do serviço e **(ii)** conectividade com ao menos 2 (dois) de 3 (três) destinos de referência externos previamente definidos no aceite inicial, por ICMP e/ou TCP 443. Caso a CONTRATADA restrinja ICMP, deverá obrigatoriamente disponibilizar método alternativo de verificação (TCP 443) sem prejuízo do monitoramento.

XXI) Quando solicitado instalação extra o prazo da mesma é de até 15 dias;

XXII) A manutenção programada que implique interrupção ou degradação perceptível do serviço somente poderá ocorrer mediante solicitação formal e autorização prévia da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, indicação do escopo, pontos afetados, risco operacional e plano de retorno. A autorização será pontual, por evento, não configurando permissão permanente. Manutenções recorrentes que impactem o serviço somente poderão ocorrer mediante justificativa técnica, cronograma aprovado e concordância expressa da CONTRATANTE.

XXIII) Interrupções não autorizadas, ainda que em período noturno, serão contabilizadas como indisponibilidade para fins de SLA.

XXIV) As métricas de disponibilidade, latência, jitter e perda de pacotes deverão ser coletadas de forma contínua e automatizada, 24x7, com periodicidade mínima de 60 (sessenta) segundos por ponto, ou outra periodicidade superior (mais frequente) para pontos críticos, conforme definido pela CONTRATANTE.



XXV) Sem prejuízo do monitoramento contínuo, a CONTRATANTE poderá solicitar medições específicas sob demanda para verificação de conformidade em pontos determinados, devendo a CONTRATADA viabilizar a execução e disponibilizar relatório técnico em até 7 dias corridos.

XXVI) A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de migração dos dados;

XXVII) Somente após toda instalação completa é que se iniciará a utilização efetiva dos pontos de internet.

§4º DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

I) O recebimento e a aceitação ocorrerão mediante verificação da implantação/ativação dos pontos, validação técnica de conectividade, monitoramento e cumprimento dos requisitos e SLAs previstos no Termo de Referência, com registro e aceite pela fiscalização do contrato.

II) Para fins de verificação de conectividade efetiva, o ponto será considerado disponível quando houver sucesso em testes de conectividade definidos pela CONTRATANTE, contemplando, no mínimo, (i) conectividade com o gateway/primeiro salto do serviço e (ii) conectividade com ao menos 2 (dois) de 3 (três) destinos de referência externos previamente definidos no aceite inicial, por ICMP e/ou TCP 443. Caso a CONTRATADA restrinja ICMP, deverá obrigatoriamente disponibilizar método alternativo de verificação (TCP 443) sem prejuízo do monitoramento.

§5º DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

I) A contratação de conectividade corporativa gerenciada pode gerar impactos socioambientais principalmente relacionados à implantação e manutenção de nova infraestrutura física, incluindo passagem de cabos, instalação de caixas e equipamentos, intervenções pontuais em edificações públicas e utilização de infraestrutura aérea existente (postes e ancoragens), além do consumo de energia dos equipamentos instalados e da geração de resíduos decorrentes de embalagens, sobras de materiais e substituições de componentes ao longo da vigência. Em termos sociais, podem ocorrer impactos temporários na rotina das unidades durante instalações e manutenções, bem como riscos associados a intervenções externas e trabalhos em altura, exigindo planejamento e controle para evitar interferências no atendimento ao cidadão e garantir segurança.

II) Como medidas mitigadoras, deverá ser exigido que a CONTRATADA realize planejamento e execução organizada das implantações, com comunicação prévia às unidades, definição de janelas de serviço e adoção de procedimentos que minimizem interrupções e impactos no funcionamento dos serviços públicos. Também deverá cumprir integralmente normas e boas práticas de segurança do



trabalho, com uso de EPIs, sinalização e isolamento de áreas, controle de riscos, e responsabilização por eventuais danos a bens públicos ou a terceiros, incluindo intervenções em postes e trechos externos. No aspecto ambiental, a CONTRATADA deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados, especialmente resíduos eletrônicos, cabos, baterias, fontes e embalagens, por meio de operadores licenciados quando aplicável, além de adotar equipamentos e configurações com eficiência energética e manutenção preventiva, reduzindo desperdícios e substituições desnecessárias. Dessa forma, os impactos previstos permanecem controláveis e compatíveis com a finalidade pública da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º O pagamento do presente contrato será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT, além dos documentos abaixo:

- I.** Apresentar guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação de serviço, com comprovante de pagamento.
- II.** Apresentar mensalmente as GFIPs/SEFIPs segregada para o tomador dos serviços, em nome do Município de Prudentópolis, com a relação de empregados referente ao mês anterior da execução dos serviços.
- III.** Apresentar comprovação de pagamento dos salários dos empregados relacionados na prestação de serviços do mês anterior.

§2º Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro *rata diem*, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

I) Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

II) Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência do respectivo contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



III) Respeitado os prazos para o contraditório e a ampla defesa, as multas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

§3º O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do presente Contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do Contrato.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§4º A Contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado no Contrato.

§5º Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal de contrato.

I) A fiscalização deverá basear-se no serviço prestado e será feita pelo fiscal de contrato.

§6º O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos casos de:

a) Execução em desacordo com o avençado;

b) Existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;

c) Não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§7º A proponente vencedora deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do Contrato ***(Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026 e Contrato nº xxx/xxxx)***.

§8º Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada.

II) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS/ PR

CEP 84.400.000



§9º Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.

I. Os tributos a serem retidos pela contratante:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II. O MUNICÍPIO deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e do Contrato.

§10º Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme segue:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Órgão/Unidade: 03.001
Função/Subfunção/Programa/Ação: 04.122.2050.2008
Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres
Órgão/Unidade: 03.001



Função/Subfunção/Programa/Ação: 04.122.2050.2009

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE FINANÇA

Órgão/Unidade: 04.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 04.123.2060.2012

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

Órgão/Unidade: 04.002

Função/Subfunção/Programa/Ação: 04.123.2060.2018

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

Órgão/Unidade: 04.003

Função/Subfunção/Programa/Ação: 04.123.2060.2019

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Órgão/Unidade: 05.002

Função/Subfunção/Programa/Ação: 12.361.2080.2027

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 103 – FUNDEB

Fonte de Recursos: 104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Órgão/Unidade: 05.004

Função/Subfunção/Programa/Ação: 12.365.2080.2039



Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgão/Unidade: 06.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 22.661.2110.2045

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO

Órgão/Unidade: 07.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 27.812.2130.2048

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE SAÚDE

Órgão/Unidade: 08.002

Função/Subfunção/Programa/Ação: 10.301.2070.2053

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 303 – Saúde Vinculada

Fonte de Recursos: 494 – Bloco de Custeio

Fonte de Recursos: 500 – Atenção Básica

Órgão/Unidade: 08.003

Função/Subfunção/Programa/Ação: 10.302.2070.2056

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 303 – Saúde Vinculada

Fonte de Recursos: 494 – Bloco de Custeio



Órgão/Unidade: 08.004 Função/Subfunção/Programa/Ação: 10.304.2070.2058 Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres
Órgão/Unidade: 08.004 Função/Subfunção/Programa/Ação: 10.305.2070.2059 Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 303 – Saúde Vinculada
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão/Unidade: 09.001 Função/Subfunção/Programa/Ação: 08.244.2090.2067 Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres
Órgão/Unidade: 09.002 Função/Subfunção/Programa/Ação: 08.244.2090.2073 Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres Fonte de Recursos: 815 – IGD Bolsa Família
Órgão/Unidade: 09.002 Função/Subfunção/Programa/Ação: 08.244.2090.2074 Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres Fonte de Recursos: 947 – Proteção Social Especial
Órgão/Unidade: 09.002



Função/Subfunção/Programa/Ação: 08.244.2090.2075

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

Fonte de Recursos: 817 – Proteção Social Básica

SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA

Órgão/Unidade: 10.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 26.782.2100.2086

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

Órgão/Unidade: 10.002

Função/Subfunção/Programa/Ação: 15.452.2100.2088

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Órgão/Unidade: 11.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 20.606.2150.2091

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Órgão/Unidade: 12.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 18.541.2160.2096

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE TURISMO



Órgão/Unidade: 13.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 23.695.2120.2099

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

SECRETARIA DE CULTURA

Órgão/Unidade: 15.001

Função/Subfunção/Programa/Ação: 13.392.2140.2115

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 000 – Recursos Ordinários Livres

§2º As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I) Exigir da Contratada o fiel cumprimento do Edital e Contrato;
- II) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos no Contrato;
- III) Atestar a execução dos serviços, notificando a Contratada quando verificado algum problema;
- IV) Solicitar a correção dos serviços que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;
- V) Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste processo;
- VI) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido em Contrato;



VII) Notificar por escrito ao proponente vencedor, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

VIII) Aplicar penalidades à Contratada, por descumprimento das condições estabelecidas no Contrato.

§2º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I) Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância as especificações do Edital, Ata de R. P. e proposta, primando pela qualidade, celeridade e eficiência, sem custos adicionais;

II) Executar os objetos sempre que solicitados, observando o disposto no edital e contrato, primando pela qualidade e eficiência;

III) A CONTRATADA deve disponibilizar acesso administrativo aos equipamentos em todas as pontas aos técnicos da prefeitura para gestão de toda a rede;

IV) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

V) As despesas de deslocamento até o local do reparo dos técnicos, bem como veículos, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA.

VI) Responder a todos os ônus referentes ao objeto ora contratado, desde os salários do pessoal nele empregado, como também encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre o Contrato;

VII) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros, resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso;

VIII) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IX) Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Contratada, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

X) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer



de suas cláusulas;

XI) A Contratada não poderá, em nenhuma hipótese, prestar o serviço sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho;

XII) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas em Contrato, salvo com autorização expressa da Prefeitura de Prudentópolis;

XIII) Manter atualizado, durante a vigência do presente instrumento, o endereço, número de telefone fixo, celular com aplicativo WhatsApp, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

XIV) Cumprir integral e fielmente todas as demais exigências, condições, requisitos técnicos, níveis de serviço (SLA), parâmetros de qualidade, procedimentos de monitoramento, prazos, formas de comprovação e demais disposições previstas neste documento e em seus anexos, bem como aquelas que vierem a ser formalmente pactuadas no instrumento contratual. O não atendimento a quaisquer dessas exigências será caracterizado como descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às medidas corretivas, glosas e sanções cabíveis, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a contratada que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º Será aplicada a pena de Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido a Contratada, sendo elas:



-
- a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprazada na “Ordem de Início dos Serviços”;
 - b) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
 - c) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
 - d) Desatender às determinações da fiscalização;
 - e) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
 - f) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

§3º Será aplicada multas nos seguintes casos:

I) Apurada indisponibilidade de qualquer ponto/unidade, conforme metodologia validada e registros do sistema de monitoramento, será aplicada glosa proporcional sobre o valor mensal correspondente ao ponto afetado, calculada pela razão entre o tempo total de indisponibilidade no mês e o tempo total do mês, conforme fórmula: $\text{Glosa do Ponto} = \text{Valor Mensal do Ponto} \times (\text{Minutos Indisponíveis} / \text{Minutos do Mês})$. As interrupções decorrentes de manutenção programada somente serão excluídas do cálculo quando previamente autorizadas e registradas pela CONTRATANTE, nos termos das cláusulas de manutenção.

II) Caracterizada degradação do serviço por descumprimento dos parâmetros mínimos de qualidade (latência, jitter, perda de pacotes, saturação recorrente ou violação de p95/p99), conforme metodologia e medições registradas, será aplicada penalidade compensatória, independentemente de indisponibilidade total, equivalente a 5% do valor mensal do ponto no mês de apuração, por parâmetro violado, limitada ao máximo de 20% do valor mensal do ponto no mês. A reincidência de degradação no mesmo ponto por 2 (dois) meses consecutivos ou por 3 (três) meses alternados em 12 meses autoriza a CONTRATANTE a exigir correção estrutural (upgrade/correção de enlace/equipamento) em prazo definido pela fiscalização, sob pena de aplicação de penalidades adicionais e demais sanções cabíveis.

III) O não fornecimento, a indisponibilidade do portal de monitoramento, a omissão de dados, ou a recusa injustificada em disponibilizar evidências (registros históricos, relatórios mensais, logs operacionais ou informações técnicas necessárias à auditoria), bem como divergências não justificadas tecnicamente em prazo razoável, caracterizam descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA à multa de 2% do valor mensal global por ocorrência, além de obrigação de regularização imediata.

IV) O atraso injustificado no cumprimento dos prazos de implantação/ativação e início da prestação dos serviços, conforme cronograma aprovado, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 1%



(um por cento) do valor total adjudicado por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

a. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, incluindo eventos climáticos, deverá ser formalmente comunicada e comprovada pela CONTRATADA, mediante relatório técnico circunstanciado e evidências objetivas, para fins de análise pela CONTRATANTE. Reconhecida a ocorrência pela Administração, poderá ser concedida prorrogação do prazo de implantação/ativação pelo período estritamente necessário, por meio de decisão formal da CONTRATANTE, sem aplicação de multa durante o período prorrogado.

b. Ultrapassado o prazo total de 20 (vinte) dias corridos de atraso, ainda que decorrente de evento climático ou outra causa superveniente, e verificada a inviabilidade ou o prejuízo à continuidade do serviço público, poderá a CONTRATANTE, a seu critério, promover a rescisão contratual, aplicando-se as penalidades cabíveis quando caracterizada culpa da CONTRATADA, sem prejuízo do registro do ocorrido e das demais medidas administrativas pertinentes

§4º No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria de Finanças, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§5º Acima de 30 infrações num semestre, poderá ensejar a rescisão contratual, o qual deverá ser precedido de processo administrativo.

§6º A adjudicatária arcará com a multa indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, quando:

I) Desistir do objeto contratado, recusando-se a assinar o contrato de prestação de serviço;

II) Não apresentação de condições/documentos indispensáveis à formalização do Contrato, decaindo do direito de contratação;

III) Rescindir, sem justificativa, o contrato de prestação de serviço objeto da presente licitação.

§7º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada das notas fiscais/faturas ou cobrada judicial ou extrajudicialmente, a critério da Administração.

§8º Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com fulcro no artigo 156, § 4º e 5º da Lei 14.133/2021, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de



15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§9º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§10º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§11º A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§12º É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§2º O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



II) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§6º O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.

§7º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTRATO

§1º A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos servidores, **Sr. Selmo Andrei Bobato** e **Sr. Luis Fernando Kauê Prokorinyak**, os quais terão, entre outras, as seguintes atribuições:

I) Ler minuciosamente o Contrato, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II) Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em Contrato;

III) Anotar em documento próprio as ocorrências;

IV) Determinar a correção de falhas ou defeitos;

V) Aplicar à Contratada as sanções administrativas de sua competência;

VI) Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc;

VII) Atestar o recebimento definitivo dos objetos licitados;

§2º A gestão do contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração, **Sr. Luiz Carlos Mendes Ferreira Junior**;

§3º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.



§4º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

§5º Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o CONTRATANTE notificará a contratada para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§6º Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

§7º As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§8º Ficam os Fiscais e os Gestores das ATAS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

§1º Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

§1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§2º O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

§1º Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se neste contrato, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,



coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º A Contratada fica ciente da proteção de dados pessoais da presente contratação, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

§2º A contratada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sétima, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a contratada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§2º A contratada deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis/PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do contratante Município de Prudentópolis/Paraná.



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Prudentópolis, de de 2026.

Município de Prudentópolis

Adelmo Luiz Klosowski

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1) _____

Nome:

2) _____

Nome: